

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Economista alerta para que corte de imposto evite repetir ‘erros do passado’	3
Título: Custo do populismo vai além do ano eleitoral	4
Título: Imposto menor no combustível voltará em 2023 como inflação	7
Título: Corte de ICMS afeta segurança pública, alerta entidade	10
Título: MME estuda como será renovação de contratos de distribuidoras	11
Título: Relator zera PIS/Cofins sobre etanol e gasolina	13
Título: Governadores cobram compensação imediata	15
Título: Ocyan planeja crescer em serviços e manutenção	17
Título: Demanda para Eletrobras está perto de R\$ 60 bi	19
VEÍCULO: Estado de SP	21
Título: Coluna do broadcast	21
Título: Fome de gasolina	23
Título: As distorções da ‘PEC do Diesel’	24
Título: Um aperitivo da crise do diesel	26
Título: Mais Brasília, menos Brasil: José Serra	27
Título: Ex-presidente diz que Bolsonaro deveria dar ‘canetada’ na Petrobras	29
Título: Com teto, Aneel vê conta até 12% menor	30
Título: Relator estima queda de até R\$ 1,65 no preço da gasolina	30
Título: Com fixação de teto, ICMS pode cair à metade em alguns Estados	31
Título: Petrobras indica novo reajuste do diesel	33
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	34
Título: Tiro no pé	34
Título: Reserva de papéis com o FGTS tem corrida contra o tempo e instabilidade no último dia	34
Título: Com forte demanda, ação da Eletrobras deve ter rateio	36

Título: Lula e Rodrigo Garcia criticam propostas de Bolsonaro e dizem que preços não vão cair.....	39
Título: Conta de luz pode cair até 12% com aprovação de teto no ICMS, diz Aneel	41
Título: Abastecimento de diesel requer 'atenção especial', diz Petrobras	41
Título: Reação do mercado pode anular efeito de medidas para baratear combustível.....	42
Título: PEC limita compensação a estados por corte de impostos em R\$ 29,6 bi	44
VEÍCULO: O Globo	48
Título: Lula diz que falta 'coragem' para conter preços com 'canetada'	48
Título: Farol baixo	50
Título: Demanda por ações chega a R\$ 55 bi	52
Título: Conta de luz pode cair 12% se houver teto para ICMS	54
Título: Pacote dos combustíveis custará R\$ 46,4 bi à União	55

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 09/06/2022**Seção:** Brasil**Autor:** Anais Fernandes**Título:** Economista alerta para que corte de imposto evite repetir 'erros do passado'

Cortar impostos para tentar controlar choques inflacionários sobre certos itens é decisão do jogo político, mas é importante que Executivo e Legislativo tomem cuidado para não repetir erros do passado ao adotar medidas estruturais com base em ganhos conjunturais, alertou Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, na Live do Valor de ontem. As diversas iniciativas na mesa para segurar, sobretudo, preços de combustíveis podem até reduzir a inflação em 2022, mas trazem consequências para 2023, ano que, aos olhos de Victal, tem tudo para ser bem negativo.

Embora calcule que as propostas anunciadas nos últimos dias possam retirar até três pontos percentuais da inflação, a SulAmérica revisou ontem sua projeção de IPCA em 2022 de 8,6% para 7,6%. “Estamos incorporando só um ponto porque esses três pontos viriam às custas de uma renúncia fiscal relevante. Estados e municípios já têm trabalhado bastante em Brasília para tentar reduzir o impacto disso e há também discussão de constitucionalidade. Tem muita incerteza envolvida”, disse Victal.

Boa parte dessa redução (0,65 ponto percentual) é pela possibilidade de o governo federal zerar PIS/Cofins sobre gasolina e etanol. “É uma medida que ele consegue fazer de forma mais simples, porque é imposto dele”, observou Victal. O outro 0,35 ponto é o valor esperado para outras discussões em curso, principalmente aquelas envolvendo preços de energia.

Há, no entanto, riscos para essas estimativas, segundo Victal. Primeiro, porque tem defasagem entre os valores da gasolina e do diesel aqui e lá fora, o que pode levar a Petrobras a promover novos reajustes para cima. Além disso, parte da redução de impostos, no caso da gasolina, pode ser incorporada à margem dos postos. “Tem que monitorar isso, porque grande parte dessas medidas pode acabar anulada.”

Ela reconheceu que pressões em preços de combustíveis - principalmente o diesel, usado no transporte de alimentos - têm efeito sobre o poder de compra das famílias. A forma como decisões para lidar com isso são tomadas, no entanto, importa. “Somos uma democracia, cabe aos governantes o que eles consideram mais correto para a população. O que acho muito importante ter em mente é para não cometermos os mesmos erros que já cometemos, que é usar uma surpresa conjuntural de receita para medida estrutural”, alertou.

Como parte das medidas em negociação se limitaria a 2022, haveria repercussões altistas para a inflação de 2023, notou Victal - a SulAmérica ajustou sua projeção de IPCA de 4,3% para perto de 4,7%. A casa espera também que o Comitê de Política Monetária (Copom) suba a Selic em mais 0,50 ponto neste mês, para 13,25%, mas deixando a porta aberta para o caso de novas altas.

O Brasil deve crescer 1,5% neste ano, prevê Victal. A atividade, porém, desaceleraria ao longo do segundo semestre e, para 2023, já não restariam vetores de crescimento. A política monetária estará restritiva e a fiscal, no mínimo, será menos expansionista; impulsos da reabertura dos serviços e da recomposição de estoque na indústria, provavelmente, terão se dissipado; a economia global deve arrefecer e o mercado de trabalho pode perder dinamismo. “O ano de 2023 preocupa bastante a gente”, disse ela, projetando queda de 0,7% para o PIB no período.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/06/2022****Seção: Brasil****Autor: Cristiano Romero****Título: Custo do populismo vai além do ano eleitoral**

Em setembro de 2002, o então presidente da Petrobras, Francisco Gros, fez ousada advertência, durante conferência em Washington, a investidores americanos que tivessem dinheiro investido em ações ou recibos de ações da estatal. Naquele momento, o Brasil estava à deriva devido ao temor do mercado com a perspectiva de vitória, na eleição presidencial daquele ano, do petista Luiz Inácio Lula da Silva, líder das pesquisas de intenções de voto durante toda a campanha.

O dólar escalou a R\$ 3,99 uma semana depois do 1º turno da eleição - em 10 de abril, estava em R\$ 2,26 -, situação insustentável para o pagamento da dívida externa, tanto do ponto de vista do governo federal quanto das empresas estatais e privadas. De 1890 a 1990, o Brasil teria dado o calote 11 vezes, segundo levantamento de dois renomados economistas americanos - Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart -, publicado em “This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly” (Princeton University Press, em 2009). Para evitar novo vexame, o então presidente do Banco Central, Armínio Fraga, negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pacote preventivo de ajuda financeira, um reforço das reservas cambiais para desencorajar ataques especulativos à moeda nacional. Antes de viajar à capital americana, onde fica a sede do FMI, certificou-se de ter o apoio dos quatro principais candidatos à Presidência. A negociação seria inútil se não tivesse o endosso dos postulantes ao governo.

Gros alertou há 20 anos risco de intervenção nos preços da Petrobras

Em junho daquele ano, Lula tomara a importante decisão de enunciar uma série de compromissos com a disciplina fiscal, algo inexistente, até então, com o receituário econômico do PT. Batizada de “Carta aos Brasileiros”, o documento não sossegou o mercado. Ora, promessas inscritas numa folha de papel durante calorosa disputa eleitoral costumam ter a mesma credibilidade das propagandas feitas por candidatos durante o enfadonho horário eleitoral gratuito - nenhuma. Lula, porém, endereçou aquela “Carta” aos petistas, algo como “pessoal, treino é treino, jogo é jogo”.

Sem o documento, o petista cometeria estelionato eleitoral com sua base eleitoral, afinal, os companheiros não fundaram o PT havia mais de 20 anos, sob sua liderança, para ele aumentar a taxa básica de juros (Selic) para 26,5% ao ano no primeiro mês de governo e promover o maior arrocho fiscal até então, ao elevar a meta de superávit primário (conceito que não inclui o pagamento de juros da dívida). Por mais certo que tenham sido essas decisões, que, combinadas com inédita agenda reformista na largada do mandato, derrubaram a inflação e deram solvência às finanças públicas. É bom lembrar: intelectuais do PT ignoraram a “Carta” e romperam com o governo petista nos primeiros meses.

Na conferência em Washington, antes da fala de Francisco Gros, o então presidente do banco Itaú, Roberto Setúbal, causou surpresa na plateia, repleta de investidores americanos, ao iniciar seu discurso da seguinte maneira: “Boa

tarde! Luiz Inácio Lula da Silva vai vencer a eleição deste ano e isso não será um problema para o Brasil”. A desconcertante confiança de Setúbal não teve acolhida nem dos investidores nem do próximo palestrante.

Nascido François Robert André Gros, filho de francês com brasileira, o então presidente da Petrobras foi um dos mais destacados executivos que o mercado financeiro brasileiro já conheceu e, também, um dos mais ilustres homens públicos do país. Gros presidiu o Banco Central duas vezes, foi diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e presidente do BNDES e da Petrobras. Por onde passou, fez contribuições que ajudaram a aperfeiçoar as instituições públicas.

Sem meias-palavras. Gros avisou que, se chegasse ao poder, o PT usaria a estatal para colocar em prática política de preços irrealista e, portanto, nociva à companhia e também aos cofres públicos. O alerta foi corajoso porque, como CEO, Gros em tese não deveria desestimular seus acionistas a acreditarem na empresa. Por outro lado, é missão do dirigente de uma sociedade de capital aberto prevenir investidores dos riscos que correm, não esconder informações (naquele caso, desconfianças) quanto aos possíveis rumos do negócio. Na verdade, o que Gros fez foi dar um grito contra o populismo que grassa na política brasileira, à esquerda e à direita, desde sempre.

Presentes ao evento, diplomatas e funcionários do governo comandado pelo tucano Fernando Henrique Cardoso ficaram constrangidos com as declarações de Gros. Falecido em 2010, Francisco Gros era um economista liberal, formado em Princeton, uma das mais renomadas universidades americanas.

O populismo sempre nos acompanhou, mas, talvez, tenha se tornado mais impregnado na prática política nacional com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. É verdade que Vargas foi o responsável por modernizar minimamente o Estado brasileiro, mas foi também quem inaugurou a prática da demonização das concessionárias privadas de serviço público (energia, telefonia, trens etc), que desde o início do século XX eram controladas por empresas estrangeiras. A ideia do inimigo transnacional teve forte apelo na década de 1930, mesmo diante do elevado grau de satisfação da população com as concessionárias estrangeiras. Desde então, os brasileiros passaram a ver companhias estrangeiras e privadas com enorme desconfiança.

Durante a ditadura militar (1964-1985), o populismo perdeu força nos primeiros anos, de ajuste da economia, mas reacendeu durante a crise de hegemonia dos generais. Há algo mais populista que o antigo FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais), mecanismo que jogava para o Tesouro Nacional a diferença entre os juros pactuados em empréstimos habitacionais e a taxa real, isto é, o juro praticado durante o período do financiamento, ignorando-se, inclusive, a correção monetária (a inflação)? A conta foi bilionária, está sendo paga até hoje e decorreu do interesses dos militares em agradar - acalmar, na verdade - a classe média durante os anos de chumbo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2022

Seção: Brasil

Autor: Alex Ribeiro

Título: Imposto menor no combustível voltará em 2023 como inflação

O pacote do governo para reduzir o preço dos combustíveis deverá baixar a inflação e estimular a economia no curto prazo, durante o período eleitoral, mas vai devolver boa parte desses ganhos no ano que vem, tornando mais desafiador o cenário do novo mandato presidencial.

“A melhor definição para este pacote é ‘populismo fiscal’”, afirma o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore. “Primeiro, derruba a inflação no ano eleitoral, com o objetivo de aumentar a popularidade do presidente. Transfere inflação para o próximo ano, dado que o pacote não pode ser prorrogado se tiverem um mínimo de responsabilidade. Isso não é política econômica. Não há objetivos econômicos nem sociais.”

A definição consagrada entre os economistas para populismo é justamente políticas que trazem ganhos no curto prazo, ajudando nos índices de aprovação dos governantes, mas que não se mostram sustentáveis no médio e longo prazos.

Os economistas do mercado financeiro estão fazendo as contas para medir o efeito que o pacote teria. Considerando que as medidas alcancem todos os objetivos esperados pelo governo, a inflação neste ano poderia ficar cerca de três pontos percentuais menor que o previsto, segundo cálculos do Itaú Unibanco, que está em linha com a estimativa de outras instituições financeiras.

O problema é que pelo menos uma parte das medidas é temporária. O governo Bolsonaro anunciou a intenção de ressarcir os Estados que cortarem o ICMS incidente no diesel e no gás de cozinha de 17% para zero. Também pretende zerar a alíquota de impostos federais até o fim do ano.

Essas medidas, nas contas do Itaú, teriam um impacto baixista de cerca de 0,9 ponto percentual na inflação de 2022. Mas, como só valem para este ano, provocariam um incremento também de 0,9 ponto percentual na inflação de 2023, que hoje é o principal alvo da política monetária.

Considerando os dois efeitos, a inflação neste ano cairia dos cerca de 9% estimados pelo mercado para 6%, garantindo um alívio para o presidente Bolsonaro durante o período eleitoral. Mas, no ano que vem, a inflação poderia passar dos 4,39% previstos pelo mercado para cerca de 5,4%. Dessa forma, vai se distanciando da meta de inflação, de 3,25%.

Um ex-diretor do Banco Central diz que o impacto inflacionário em 2023 e anos seguintes poderá ser ainda mais severo. Estados e municípios estão abrindo mão de ganhos de arrecadação não permanente e teriam que recompor receitas com aumentos de impostos assim que a forte alta de preços de commodities tiver passado.

A economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srouf, afirma que o acirramento do risco fiscal provocado pela medida também poderá turvar o cenário inflacionário. “O risco fiscal está aumentando e cria um novo problema para a nova administração, seja quem for o presidente”, afirma.

Segundo ela, o corte de impostos pelos Estados, feito em cima de um ganho de arrecadação que não tende a ser permanente, poderá enfraquecer sua situação fiscal mais adiante. “Quando os Estados estão em dificuldades, o governo federal sempre é chamado a socorrê-los.”

As medidas de curto prazo, por outro lado, dão apenas um alívio de curto prazo em alguns preços, mas na essência não mudam a dinâmica da inflação. “O Banco Central não deveria se sentir mais confortável para encerrar o ciclo de alta de juros”, opina.

O Itaú estima que todo o pacote para a redução de impostos teria um impacto fiscal de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB), considerado nas contas também o projeto de lei que limita a 17% a alíquota de ICMS incidente sobre energia elétrica, telecomunicações e combustíveis.

Do ponto de vista da atividade econômica, o pacote teria impacto inicial de estímulo. Cortes de impostos ampliam a renda disponível da população e tendem a abrir espaço para mais gastos no orçamento das famílias. Mas, num segundo momento, a economia tenderá a sentir os impactos da piora nas condições financeiras. Com isso, as perspectivas de expansão do PIB para 2022 podem melhorar, em relação aos 1,2% previstos pelo mercado no boletim Focus. Mas, para o ano que vem, pode ficar abaixo da estimativa de 0,76%.

Por ora, diz Solange Srouf, a reação do mercado tem sido relativamente contida, em juros, câmbio e bolsas. Mas poderá haver um acirramento dos riscos à medida que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) for discutida no Congresso e for ficando mais claro que o primeiro ano dos próximos governos federal e estaduais será mais difícil.

“Nas discussões sobre a PEC, devem aumentar as pressões para oferecer uma compensação maior e por mais tempo para os Estados, além de outras demandas”, afirma ela.

O sócio-diretor da Reach Capital Igor Barenboim tem visão diferente - para ele, não pode se descartar a possibilidade de as medidas terem um efeito positivo mais duradouro. “Pode ser bom para a inflação, pode ser bom para a atividade econômica”, afirma ele.

Ele argumenta que o Brasil está sendo impactado por um choque de preços de commodities, com desdobramentos tanto positivos quanto negativos. Do lado negativo, está a inflação, particularmente severa nos preços dos combustíveis. Mas há também um impacto positivo na economia que favorece a arrecadação.

Para Berenboim, é aceitável que as forças políticas utilizem uma parte desses ganhos para atenuar os impactos negativos do choque. Um outro economista de um grande banco diz que, mesmo com o programa lançado pelo governo, o resultado primário será bem melhor do que se esperava.

Há alguns meses, a estimativa desse economista era de um déficit primário de R\$ 100 bilhões. Com a surpresa na arrecadação e o leilão da Eletrobras, a perspectiva passou para um resultado positivo de R\$ 80 bilhões. A nova despesa com o pacote dos combustíveis pode levar a equilíbrio ou um déficit primário, mas não tão alto como se previa antes.

Barenboim diz que os impactos de uma eventual piora dos riscos fiscais na inflação e na atividade não são garantidos. Neste primeiro momento, a reação dos mercados foi contida, e a economia real já teria reajustado os preços levando em conta uma taxa de câmbio mais depreciada que a atual.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	09/06/2022
Seção:	Brasil
Autor:	Marcelo Osakabe
Título:	Corte de ICMS afeta segurança pública, alerta entidade

A redução das alíquotas do ICMS pode afetar o financiamento da segurança pública no Brasil, que é fortemente concentrado na esfera estadual, alerta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A entidade lembra que, diferentemente do que ocorre com saúde e educação - áreas que contam, na Constituição, com verbas vinculadas e ligadas à arrecadação do tributo indireto (12% e 25%, respectivamente) -, a segurança não conta com nenhum piso estabelecido. Ainda assim, é possível projetar algum dano para essa área caso as compensações forem mal desenhadas, uma vez que são os Estados que financiam o grosso desses gastos.

“Estados e Distrito Federal respondem por 80,9% do total de despesas na área, o que representa 1,6% do PIB nacional. Este volume de recursos é bastante representativo quando o comparamos com outras áreas”, afirma nota do fórum, que cita estudo da Rede de Pesquisa Solidária mostrando que a segurança pública é a quinta área com maiores gastos desde 2019, atrás de Previdência, educação, saúde e encargos sociais.

“A maior parte das verbas para a segurança é dos próprios Estados. Por isso, está todo mundo se questionando o que acontecerá caso a medida for aprovada”, diz Ursula Peres, pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole e uma das

autoras da nota. “Acho estranho que governadores aceitem uma propostas de compensação apenas para um ano, sendo que o projeto muda toda a estrutura arrecadatória do governo. O que vai acontecer depois que usar dinheiro da privatização da Eletrobras?”

Nas últimas semanas, o governo Jair Bolsonaro tem atuado para aprovar diversas medidas que reduzem ou isentam a cobrança do ICMS e também alguns impostos federais sobre combustíveis. Uma delas, o PLP 18, impõe um teto de 17% para a cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transportes.

O problema é que o ICMS é importante fonte de receita para os Estados. Uma análise da arrecadação de Ceará, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo mostra que o tributo indireto é responsável por fatia entre 42% e 65,6% do total de receitas correntes de 2020. Entre os Estados da amostra, apenas o Rio tem uma rubrica que supera o ICMS: o de “outras receitas e transferências correntes”, que engloba os royalties do petróleo.

Já o Fundo de Participação dos Estados (FPE), mecanismo que transfere 21,5% da receita arrecadada com Imposto de Renda e IPI para os entes federativos, é responsável por uma parcela menor, que varia entre 22,3% a 0,4% das receitas dos Estados selecionados.

Do lado das despesas empenhadas, a segurança pública respondeu por parcela que foi de 7% no Rio Grande do Sul a 18%, no caso do Rio - neste caso, o percentual foi maior que o destinado a saúde (10%) e educação (11%).

Ursula lembra ainda que a maior parte dos gastos está comprometida com a folha de pagamento dos policiais, o que deixa pouca margem para cortes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2022

Seção: Brasil

Autor: Fabio Couto e Gabriela Ruddy

Título: MME estuda como será renovação de contratos de distribuidoras

O Ministério de Minas e Energia (MME) está estudando como se dará a renovação de contratos de concessão de distribuidoras de energia elétrica que

vencerão a partir de 2025. Essas concessões foram licitadas há quase 30 anos, na onda de privatizações que ocorreu no país em meados da década de 1990.

Um bloco de 40 empresas já teve as concessões renovadas entre 2015 e 2017. As que passarão por esse processo compõem um grupo menor, da ordem de 15 empresas, mas que respondem por áreas de concessão relevantes.

Segundo a secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, a pasta está discute diretrizes e parâmetros da renovação das concessões que devem ser refletidos nos novos contratos para as distribuidoras.

Pereira, que participou do 19º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase), realizado pelo Grupo CanalEnergia - Informa Markets, avalia que o desenho dos novos contratos deve ser finalizado até agosto.

O tema, que já está na agenda do governo, surgiu em meio a debates sobre a abertura do mercado livre em direção à baixa tensão e à expansão da micro e minigeração distribuída. Está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de lei 414/2021, que revê o marco legal do setor elétrico. Entre as propostas está a remuneração da distribuidora pelo uso do fio e por serviços associados à rede elétrica, sem a obrigação atual de gerir os contratos de energia para atender às respectivas bases de clientes.

É nesse aspecto que estão sendo discutidas as novas bases contratuais, uma vez que as obrigações das distribuidoras podem ser muito diferentes das atuais - essa gestão da energia é a base do planejamento da expansão da geração e transmissão, e, por consequência, da realização de leilões. Pereira ressaltou que já vem conversando com agentes, especialmente a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Ela disse estar otimista com a aprovação do PL 414 e que vem mantendo diálogo permanente com a Câmara dos Deputados, especialmente com o relator do projeto, o deputado Fernando Coelho Filho (União Brasil-PE) - que teria assegurado que o tema deve ser votado antes do recesso, em junho.

O presidente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri, defendeu a manutenção das regras do leilão emergencial de energia contra a crise hídrica, realizado em 2021.

Segundo ele, o certo a se fazer “é seguir portaria, edital e contrato”, em alusão à troca de quatro novas usinas térmicas da Âmbor Energia, que deveriam ter entrado em operação em maio, pela termelétrica Mário Covas, que já existe, o que contraria as regras do edital.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) havia concedido medida cautelar favorável à Âmbor Energia para a substituição das quatro térmicas, que somam quase 344 MW, pela Mário Covas, de 529 MW e também pertencente à Âmbor, braço de energia do grupo J&F. Na terça-feira, a Aneel aprovou apenas a alteração de características técnicas das usinas, mas o mérito do pedido de substituição ainda vai ser analisado pela agência.

Segundo a diretora-geral-substituta da Aneel, Camila Bonfim, a agência vai penalizar empreendedores que descumprirem as regras estabelecidas nos contratos a partir de 1º de maio. Mas ela ressaltou que a contratação da energia “foi feita e precisa ser preservada”.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	09/06/2022
Seção:	Política
Autor:	Renan Truffi, Vandson Lima e Cristiano Zaia
Título:	Relator zera PIS/Cofins sobre etanol e gasolina

Relator do projeto de lei que limita em 17% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte público, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) apresentou ontem o parecer final da proposta, que deverá ser votada na semana que vem. Uma das principais novidades é a decisão de incluir no texto a desoneração completa do PIS/Cofins para etanol e gasolina, como havia anunciado o governo federal no início desta semana.

No mesmo dia, o líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), protocolou a proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis, que garante uma compensação financeira para os Estados que adotarem alíquota zero para o ICMS do etanol e GLP (gás de cozinha) e 12% para o tributo referente ao etanol. O texto governista diz que a União irá repassar R\$ 29,6 bilhões “na forma de auxílio financeiro” em cinco parcelas, sendo que este valor ficará fora do teto de gastos.

Na prática, as duas propostas irão tramitar concomitantemente, mas, por enquanto, apenas o projeto de lei relatado por Bezerra deve ter condições de ser apreciado pelos senadores. A segunda proposta, apresentada por Portinho em formato de PEC, deve levar mais algum tempo para ser discutida pelos líderes. Isso porque os governadores ainda resistem em debater seu teor.

Em coletiva de imprensa, Bezerra contou que, no caso do projeto de lei, foi mantido o gatilho pelo qual a União terá de compensar os Estados quando a perda de arrecadação com o ICMS for superior a 5%. Apesar disso, o cálculo das perdas será feito com base nos itens atingidos pelo projeto de lei, e não sobre a receita global do ICMS. “O relatório vem atendendo essa preocupação dos secretários”, disse ele.

Além disso, o relator fez um ajuste em relação à compensação destinada aos Estados que têm dívida com a União. A pedido dos governadores, essa compensação será feita sobre o serviço da dívida e não sobre seu estoque.

O relator ainda alterou o texto para prever alternativas de compensação no caso dos cinco Estados brasileiros que não têm dívida com a União. Ao, todo, segundo Bezerra, eles podem ter uma perda de R\$ 3 bilhões em receita. Nestes casos, a compensação será feita em 2023 com recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A outra possibilidade é que esses Estados sejam ressarcidos com uma espécie de priorização da contratação de empréstimos ainda em 2022.

Por outro lado, Bezerra ignorou dois pedidos que vinham sendo feitos sistematicamente pelos Estados. Uma das principais demandas da parte deles era que o Senado derrubasse do texto um dispositivo que retira da base de cálculo do ICMS a cobrança de dois encargos ligados à conta de energia/luz: a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (Tust) e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (Tusd). O outro pedido dos governadores que acabou ficando de fora do parecer final é em relação ao estabelecimento de uma transição para a limitação do ICMS sobre a gasolina.

Em outra frente, a PEC de Carlos Portinho diz que os Estados que quiserem ter acesso a uma compensação financeira da União terão que adotar alíquota zero

para o ICMS do etanol e GLP (gás de cozinha) e 12% para o tributo referente ao etanol.

Como consequência, ao optar pelo benefício, os Estados aceitarão renunciar ao direito de pedir qualquer tipo de indenização relativa a “eventual perda de arrecadação”. De acordo com o texto, as alíquotas sugeridas deverão vigorar de 1º de julho até 31 de dezembro de 2022.

Além disso, os recursos serão distribuídos de forma proporcional entre os entes, por meio do Fundo de Participação dos Estados e do DF, e não estarão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), à expansão da despesa pública e ao chamado teto de gastos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2022

Seção: Política

Autor: Fernando Exman, Vandson Lima, Lu Aiko Otta, Marta Watanabe e Marina Falcão

Título: Governadores cobram compensação imediata

Pressionados pelo governo federal a reduzirem o ICMS cobrado sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte público, governadores defenderam ontem ao Senado que haja uma compensação imediata pelas perdas de arrecadação. Eles querem também uma modulação para as áreas de telecomunicações e energia, permitindo que o teto de 17% seja escalonado até 2024.

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), foi além: defendeu que o governo federal suspenda por dois anos a dívida do Estado com a União para que se possa reduzir o ICMS da gasolina e zerar a taxa sobre demais combustíveis. “O governo federal suspende o pagamento da dívida dos paulistas com a União por dois anos. Eu uso esse dinheiro para zerar o ICMS do diesel, etanol e gás de cozinha e reduzir a gasolina. Não precisa de PEC para isso. É mais justo e rápido”, declarou o governador depois de se reunir em Brasília com outros governadores, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O emedebista relata o projeto de lei complementar (PLP 18), que trata do assunto.

Estima-se que a perda de arrecadação de Estados e municípios chegue a R\$ 100 bilhões. “É importante que haja a compensação de todo o custo do PLP 18”, acrescentou o secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Felipe Salto, não somente da perda correspondente à redução entre a alíquota modal e a alíquota zero para gás de cozinha e óleo diesel.

Para os que não têm dívida direta com a União, isso poderia ser feito por meio do abatimento de fluxo de pagamento de dívida das operações com aval da União. E para os entes que não se encaixam em nenhuma das opções, apontou Salto, os Estados sugerem que a compensação seja feita por meio de transferência da União com recursos da arrecadação da Cfem, cobrada sobre a extração de recursos minerais.

“Isso não resolve o problema de preços, mas dado o avanço do PLP 18, há esperança de uma compensação para valer”, afirmou Salto. A perda, defende, seria calculada pelos Estados, com base nos relatórios que são publicados de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A compensação, disse ele, traz um “cenário agora melhor do ponto de vista fiscal” para os Estados. Com essa forma de ressarcimento, acrescentou, o Estado de São Paulo reduziria a despesa financeira e com isso recursos poderiam ser alocados para áreas como saúde e educação, que têm destinação constitucional conforme a geração de receitas.

Sem medidas de compensação, é possível que os governadores acionem a Justiça contra o projeto, se aprovado. Por isso, em vez de “perder energia” analisando a PEC do governo de zerar as alíquotas do ICMS sobre o diesel e o gás de cozinha em troca de compensação financeira, os Estados estão concentrados em ajustar o texto do PLP 18.

Segundo o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Décio Padilha, a PEC anunciada pelo governo não tem nenhuma relação com o PLP 18. “Ela [a PEC] não é contrapartida de nada, não compensa absolutamente nada do PLP 18”, disse. “[A PEC] é uma proposta que vai além: se o Estado já tiver desonerado com o PLP 18, e se quiser ainda reduzir a tributação, o governo federal começa a compensar a partir da perda da essencialidade.”

Governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União) afirmou que os Estados têm obras já contratadas baseadas nessas expectativas de arrecadação. “Estamos pedindo ao Congresso que tenham sensatez. É muito claro que não dá para implantar de imediato.”

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), afirmou que o presidente Jair Bolsonaro tenta baixar os preços dos combustíveis “para ter benefícios eleitorais”. Para ele, o cerne do problema é a política de preços da Petrobras. “Vamos tirar dinheiro de saúde e educação para aumentar margem de lucro da Petrobras?”, criticou o governador da Bahia, Rui Costa (PT).

Em outra direção, o governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), disse ser a favor de zerar o ICMS do diesel e do gás de cozinha, ideia proposta por Bolsonaro, “respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2022

Seção: Empresas

Autor: Fabio Couto

Título: Ocyan planeja crescer em serviços e manutenção

A partir da assinatura de contratos de serviços com a Petrobras envolvendo cinco navios-plataforma da estatal, a Ocyan vê o segmento de manutenção da empresa se consolidar e se tornar um dos pilares para a retomada do crescimento. Desde fevereiro do ano passado, a empresa, antiga Odebrecht Óleo e Gás, firmou três contratos, considerando um que foi firmado há dois meses, que somam R\$ 1 bilhão, com 2 mil novas vagas de emprego e aumento de participação de mercado.

O contrato assinado em abril com a Petrobras é da ordem de R\$ 600 milhões, tem prazo de quatro anos, prorrogáveis por mais dois anos, e envolve as chamadas FPSOs replicantes (projetos de plataformas idênticas) P-66 a P-70, todas da estatal, localizadas em áreas do pré-sal na Bacia de Santos. As unidades entraram em operação entre 2017 e 2020 e vão gerar 800 empregos diretos.

Segundo o presidente da Ocyan, Roberto Bischoff, a expectativa é de aumentar o volume de negócios em manutenção e serviços offshore, num cenário em que a Petrobras vem concentrando a atuação na exploração do pré-sal e novas

petroleiras surgem com projetos de exploração ou adquiridos em etapas do plano de desinvestimento da estatal brasileira.

“Estamos crescendo muito nesta área. E estamos também com foco na construção submarina”, disse Bischoff. No caso da construção submarina, diz o executivo, o foco tem sido o de descomissionamento (desmonte) de estruturas submarinas.

Neste campo, o contrato assinado é da ordem de R\$ 800 milhões, e visa a remoção de 275 quilômetros de dutos flexíveis e umbilicais do fundo do mar de duas FPSOs na Bacia de Campos e uma na Bacia de Sergipe-Alagoas. Localizados a uma profundidade entre 800 metros e 1.700 metros, os dutos pesam perto de 20 mil toneladas.

A Ocyan tem uma atuação transversal no segmento de óleo e gás, com negócios na perfuração de poços submarinos e na produção offshore, além da construção submarina e da manutenção e serviços offshore.

Das cinco sondas da companhia, três foram recontratadas recentemente, sendo uma delas para perfuração na Margem Equatorial, com prazo firme de 194 dias e opção de extensão por mais 219 dias.

Na produção offshore, duas FPSOs estão afretadas e atuam em áreas do pré-sal. Em 2021, a empresa teve R\$ 3,1 bilhões em receita líquida.

A perspectiva do mercado é positiva, na avaliação do executivo, diante do cenário que vem se desenhando no setor de óleo e gás. Bischoff salienta que projetos de exploração e produção são de longo prazo. Entre um leilão de áreas e a efetiva exploração e produção, podem se passar entre cinco e oito anos.

Mas já se vê, desde a segunda metade do ano passado, uma aceleração na decisão de investimentos no Brasil e no mundo, diante da transição energética em curso, mas que vai acontecendo “a seu tempo”, diz. Outro fator a ser considerado nesse cenário é a pandemia, que derrubou cotações de petróleo, e influenciou na realização de projetos de óleo e gás, quadro que perdurou entre 2020 e a primeira metade de 2021.

A retomada das atividades, e a consequente elevação das cotações, restabeleceu a visão de que os campos em atividade vão entrar em declínio, demandando reposição. Além disso, historicamente, o mundo eleva a demanda por petróleo em algo entre 1 milhão e 1,5 milhão de barris diários.

“O que estamos vendo hoje é fruto do que foi plantado no passado”, ressaltou. Para ele, os preços do petróleo no mercado internacional vão se manter elevados por alguns anos e “a guerra [da Ucrânia] veio colocar mais cor” no cenário. Isso porque, destacou Bischoff, além da transição energética, os países vão olhar com mais atenção a segurança energética. “Não basta pensar na transição energética em si, mas em como garantir as fontes atuais que vão sustentar a transição”, avalia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2022

Seção: Finanças

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Talita Moreira

Título: Demanda para Eletrobras está perto de R\$ 60 bi

A Eletrobras define hoje o preço em sua megaoferta de ações e pode movimentar algo em torno de R\$ 34 bilhões a R\$ 35 bilhões. Na véspera da precificação, a companhia tinha demanda de sobra para efetivar a operação - as reservas, que à tarde estavam em R\$ 53,5 bilhões, no fim do dia se aproximavam de R\$ 60 bilhões, segundo fontes.

A oferta faz parte do processo de privatização da elétrica. Se vender todos os papéis previstos, a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passarão dos atuais 60% para 32,96% do capital da Eletrobras após oferta.

Somente a demanda via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) estava em torno de R\$ 7,5 bilhões. As alocações com esses recursos, no entanto, serão limitadas a R\$ 6 bilhões - o que já sinaliza que deve haver algum rateio entre os investidores. Os trabalhadores podiam investir até 50% do saldo, e os pedidos se encerravam ontem ao meio-dia.

O segmento de varejo - pessoas físicas sem ser com o recurso do fundo de garantia - também tem seu naco reservado, de até R\$ 3 bilhões. A oferta

prioritária, feita aos atuais acionistas (com exceção do governo, que não vai aderir), seria definida ainda ontem à noite e estava estimada em torno de R\$ 5 bilhões, igualmente com limitações de volume.

Além disso, um grupo de investidores institucionais tinha assegurado a ancoragem da operação - de, no mínimo, R\$ 13,5 bilhões. Como mostrou o Pipeline, site de negócios do Valor, na ancoragem entrarão novatos como GIC, SPX e RWC e, na oferta prioritária, acionistas como 3G Radar e Banco Clássico já tinham se comprometido.

Os investidores institucionais e individuais que não estão nesses grupos ou que excedem o teto reservado para cada perfil vão disputar o que sobra do livro de reservas. Esse montante estava ontem em cerca de R\$ 26 bilhões de demanda para um número de ações da ordem de R\$ 6,5 bilhões. Como empresas e bancos costumam fazer a conta de demanda sobre oferta já excluindo os segmentos com montantes limitados, ou seja, em cima das “sobras”, o book indica volume de quatro vezes a oferta.

Quando lançou o “follow-on”, a ação da Eletrobras estava em R\$ 44. Ontem, o papel ordinário (ELET3) fechou a R\$ 42,14 e o preferencial (ELET6) a R\$ 41,63, o que ajusta as expectativas do mercado para uma captação na casa de R\$ 34 bilhões, com alocação total do lote suplementar.

Conforme o prospecto, a companhia pode colocar até 802,1 milhões de ações à venda, entre tranches primária (quando os recursos vão para o caixa da empresa) e secundária (para o bolso de acionistas vendedores).

A Eletrobras vai emitir 627,7 milhões de ações ordinárias (incluindo ADS nos Estados Unidos) e o BNDESPar vai vender 69,8 milhões de ações na oferta base. A operação ainda pode ter um lote suplementar de até 15% da oferta inicial, com mais 104,6 milhões de ações.

Assim, a companhia deixa de ser controlada pelo governo especialmente por diluição, já que a tranche secundária é pequena.

Coordenam a operação os bancos BTG Pactual (líder), Bank of America, Goldman Sachs, Itaú BBA, XP Investimentos, Bradesco BBI, Caixa Econômica Federal, Citi, Credit Suisse, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Safra.

VEÍCULO: Estado de SP**Data:** 09/06/2022**Seção:** Colunas**Autor:** Cynthia Decloedt, Circe Bonatelli, Fernanda Guimarães, Matheus Piovesana e Aramis Merki II/ Gabriel Baldocchi**Título:** Coluna do broadcast

Oferta da Eletrobras atrai R\$ 9 bi do FGTS e tem briga por preço de R\$ 40 por ação

Abriga em torno do preço da oferta de ações da Eletrobras, a ser definido hoje, estava em torno de R\$ 40, valor que também seria o mínimo previsto pelo governo para concretizar a operação. Na verdade, a demanda elevada pelos papéis teria feito com que os bancos coordenadores indicassem aos interessados que propostas de até R\$ 43 teriam maior chance de serem vencedoras. Esses, por sua vez, ainda vinham tentando emplacar preços abaixo de R\$ 40. As conversas com investidores e as reservas dos papéis terminaram ontem, e o preço das ações será conhecido hoje. No total, a operação que resultará na privatização da elétrica pode movimentar até R\$ 35 bilhões, a segunda maior oferta em Bolsa deste ano no mundo.

Demanda do FGTS foi 50% maior

A oferta tem uma escala de prioridades de subscrição, dos acionistas, trabalhadores e aposentados e o varejo, na maioria, com uso de recursos do FGTS. As reservas para compra das ações por meio de fundos vinculados ao FGTS ficou em cerca de R\$ 9 bilhões, ou seja, 50% acima dos R\$ 6 bilhões definido para esse grupo.

Apetite total supera os R\$ 50 bilhões

Somando-se a demanda dos demais grupos prioritários aos R\$ 13 bilhões que foram ventilados como a soma dos investidores que estão ancorando a oferta, já são cerca de R\$ 24 bilhões. Para o mercado, sobrariam cerca de R\$ 10 bilhões – mas, segundo apurou a Coluna, haveria demanda para o triplo desse valor.

SEM DONO

Aparentemente, os investidores estrangeiros não são maioria, embora a Eletrobras seja ativo de grande atratividade para esse grupo, especialmente com a Bolsa brasileira barata. Um fator que limitou a participação externa foi o limite a 10% de participação com direito a voto. Outros não conseguiram se preparar a tempo para a oferta, posta em prática em curto espaço de tempo.

A PROPÓSITO

Embora as águas do mercado permaneçam turvas, já é possível avistar quais setores estão mais propensos a encabeçar a próxima onda de ofertas de ações em Bolsa – que deve ganhar tração na virada de 2022 para 2023. Na avaliação do chefe de renda variável do Citi Brasil, Marcelo Millen, saneamento e energia reúnem uma conjuntura mais favorável para sair na frente.

NA DEFESA

Uma explicação para isso está na preferência de investidores por teses defensivas em momentos de incerteza na economia. Portanto, empresas geradoras de caixa recorrente são vistas como investimentos mais seguros. É o caso desses setores, segundo Millen. Sem contar que ambos têm apelo devido à agenda de boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

TESTE

A oferta da Eletrobras é vista como um termômetro para a tese do setor elétrico. Há necessidade de ampliar a matriz de produção e distribuição de energia limpa no País, o que o setor público não dá conta de fazer sozinho.

DEMANDA

No caso de saneamento, há necessidade de investimentos pesados para universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto – o que as companhias estaduais não conseguem resolver sozinhas. Além disso, o marco legal aprovado em 2020 deu autonomia às prefeituras para licitar a contratação das prestadoras de saneamento, abrindo espaço ao avanço de empresas privadas.

NA FILA

O executivo do Citi não cita casos específicos. Porém, há os exemplos da BRK Ambiental e da Corsan, ambas de saneamento, que vão tentar abrir capital em bolsa nas próximas semanas, para levantar o total de R\$ 3 bilhões.

ABRE ALAS

Se bem-sucedidos, os movimentos de BRK e Corsan podem pavimentar o caminho para outras ofertas de ações de empresas do ramo. A Saneago e a Compesa (estatais de saneamento de Goiás e Pernambuco, respectivamente) já haviam contratado bancos no passado para ir à Bolsa, mas engavetaram o plano com a piora do cenário econômico.

EM BAIXA

Os investimentos em venture capital no Brasil somaram US\$ 1,54 bilhão no primeiro trimestre de 2022, queda de 42% em relação ao quarto trimestre de 2021. É o segundo recuo consecutivo, após o valor recorde do terceiro trimestre do ano passado (US\$ 3,01 bilhões). O levantamento é da consultoria KPMG.

EM ESPERA

A alta da inflação e dos juros deve manter o investimento em venture capital relativamente estável nos trimestres seguintes, aponta a KPMG em relatório, citando a eleição como fator de cautela.

VEÍCULO: Estado de SP

Data: 09/06/2022

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Fome de gasolina

O Brasil tem hoje 33 milhões de pessoas passando fome. Nada pode ser mais importante na discussão política no Congresso neste exato momento do que o aumento do número de brasileiros que não têm o que comer, como mostrou a nova edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19. O acirramento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia contribuíram para piorar o quadro estarrecedor. São 14 milhões a

mais de pessoas do que no ano passado, e o Congresso está próximo de gastar, no mínimo, R\$ 30 bilhões com a desoneração da gasolina, produto que vai beneficiar pessoas que têm carro e que ainda por cima é um poluente.

Tudo para queda de R\$ 1,65 no litro. O projeto em tramitação no Congresso, com grande chance de passar sem mudanças, torna a gasolina um produto “essencial” para os brasileiros. Será uma política permanente. A desoneração não ficará restrita aos tempos atuais e, portanto, vai tirar recursos de outras políticas bem mais importantes para atender os brasileiros que têm fome. As lideranças políticas que falam de risco de um ambiente explosivo para defender as medidas silenciaram com o dado da fome. O desenho do Auxílio Brasil, programa que substituiu o antigo Bolsa Família, está se mostrando ineficiente, como apontaram especialistas. A fila aumenta, e todos se calam.

A oposição no Congresso segue fingindo que não é com ela essa desoneração, mas vai aprovar a redução da tributação da gasolina. Mesmo depois que os efeitos da guerra na Ucrânia passarem, os Estados não poderão mais aumentar esse tributos para desestimular combustíveis poluentes e estimular as fontes de energia renováveis. O detalhe principal é que não há nenhuma garantia de que haverá repasse da queda dos tributos aos preços. É tanto desespero em nome das eleições em Brasília que nem esse ponto básico está sendo levado em conta no pacote dos combustíveis para reduzir o preço nas bombas.

A área econômica não queria de jeito nenhum um subsídio à gasolina. Foi vencida na reunião da segunda-feira, na qual o trio de presidentes – Bolsonaro, Lira e Pacheco – fechou acordo para tratorar a aprovação de um projeto que fixa um teto de 17% para combustíveis, energia, combustíveis, energia, telecomunicações e transportes e reduzir a zero os tributos federais sobre a gasolina e o etanol. O relatório do senador Fernando Bezerra do projeto do ICMS prevê eficácia imediata do teto. É isso que importa nas negociações políticas. É bem capaz que a fome seja usada agora para novas concessões que em nada beneficiam os que mais precisam. Afinal, o Brasil tem fome de quê?

VEÍCULO: Estado de SP**Data: 09/06/2022****Seção: Colunas****Autor: Celso Ming****Título: As distorções da ‘PEC do Diesel’**

O governo Bolsonaro está achincalhando a Constituição. Faz dela gato-sapato, emendável e remendável, até para atender a banais pretensões eleitoreiras. Na segunda-feira, propôs uma emenda à Constituição não para a vida inteira, mas para durar menos de seis meses. A proposta é o Projeto de Emenda à Constituição (PEC), ainda sem número, a “PEC do Diesel”, que garante uma compensação aos Estados que zerarem a alíquota de ICMS para o diesel e o gás de cozinha. Não está claro de onde sairão os recursos para ressarcir os Estados, que devem custar inicialmente R\$ 46,4 bilhões. Até agora o governo não disse o que faria para compensar os municípios, que também perderiam participação no ICMS.

Não confundir essa “PEC do Diesel” com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que considera combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público como bens ou serviços essenciais e, nessa condição, proíbe que a taxação pelo ICMS passe dos 17%. Esse é um projeto que também tem seu viés eleitoreiro, pelo seu objetivo imediato, que é o de reduzir o impacto dos preços dos combustíveis sobre o custo de vida. Mas o mérito da lei é inquestionável. Esse PLP-18 tem caráter permanente. Passou na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado, onde enfrenta oposição dos governadores, que pleiteiam compensações por essas perdas.

A PEC pressupõe a aprovação do PLP-18 e, portanto, a compensação aos Estados pelas perdas até 31 de dezembro contadas até os tais 17%, para diesel e gás de cozinha. Se há fator positivo nesta “PEC do Diesel”, está em que, finalmente, o governo reconheceu que a tributação da energia elétrica e dos combustíveis é escorchantes. Mas contém absurdos. O primeiro, já citado, é o de que mostra que a Constituição é purê de batatas que pode assumir qualquer forma até para atender a interesses eleitoreiros. Foi montada açodadamente, com pontas desamarradas.

O governo fala em usar recursos extraordinários, não previstos no Orçamento, provenientes do crescimento da arrecadação gerada pelo aumento de preços (inflação) das receitas com royalties, participações especiais e dividendos da Petrobras e da outorga com a privatização da Eletrobras, que ainda não aconteceu, para indenizar os Estados. Não está claro se esses excedentes serão suficientes para cobrir as novas despesas. Mas, para pagar essas indenizações, o governo pede autorização do Congresso para furar o teto de gastos. Não há garantia de que essa PEC reduzirá substancialmente os preços dos combustíveis, porque as incertezas políticas e fiscais provavelmente voltarão a puxar para cima

a cotação do dólar. E para onde irá o preço dos combustíveis a partir de 1º de janeiro, quando a PEC e o interesse eleitoreiro caducarem?

VEÍCULO:	Estado de SP
Data:	09/06/2022
Seção:	Notas e Informações
Autor:	
Título:	Um aperitivo da crise do diesel

Por causa da escassez, a Argentina raciona o combustível; controle de preços desorganiza um mercado já conturbado

O racionamento do diesel em províncias argentinas por causa da escassez do combustível deve servir de alerta para o Brasil. O desabastecimento que a Argentina enfrenta resulta da combinação de fatores conjunturais, como redução da produção local e alta sazonal da demanda. Mas sua causa principal é o controle de preços imposto pelo governo do presidente Alberto Fernández, com o objetivo de conter a inflação, de praticamente 60% em 12 meses, a maior em 30 anos. Boa parte do diesel consumido no país é importada. E quem importará um produto com o preço em alta no mercado mundial para vendê-lo no mercado interno por um preço controlado e menor, com pesadas perdas?

As ineficazes e grosseiras medidas aventadas ou anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro para conter a alta do diesel, da gasolina e do gás de cozinha ainda não geraram problemas tão agudos como os que enfrenta a Argentina. Mas se ele tiver êxito com sua insistência em controlar artificialmente os preços praticados pela Petrobras, uma crise de abastecimento será armada. Não se sabe se ela explodirá antes ou depois da eleição presidencial, mas o resultado dessa aventura acabará por surgir, tornando ainda mais difícil a vida dos brasileiros. Virá na forma de escassez aguda ou na de explosão de preços, ou nas duas.

No Brasil, a participação do diesel importado no consumo interno passou de 20,9% em 2020 para 23,2% no ano passado, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Embora a Petrobras mantenha os preços dos combustíveis alinhados com os valores médios praticados no exterior, o intervalo entre uma correção e outra pode resultar em defasagens. No caso do preço da gasolina, por exemplo, sem reajuste por cerca de três meses, a

defasagem em relação aos preços internacionais é estimada em 20%; para o diesel, em 14%.

Alta do barril do petróleo por causa da guerra na Ucrânia e desvalorização do real ante o dólar são as causas principais dessa defasagem. É possível, por meio de forte pressão política, conter os preços dos combustíveis mesmo que isso implique perdas para a Petrobras. Foi isso que fez com muita insistência o governo lulopetista e a consequência foi a destruição do equilíbrio econômico-financeiro da empresa, cuja dívida cresceu exponencialmente e, até hoje, impõe um rígido programa de ajuste. É o que Bolsonaro vem tentando fazer, sem pleno êxito, por causa da resistência da gestão profissional da empresa.

Mas a defasagem de preços não prejudica apenas a Petrobras. Afeta também as operações das empresas importadoras de diesel, que, mesmo sendo livres para fixar preços, perdem competitividade se os corrigirem de acordo com o mercado internacional, enquanto a maior empresa do setor, a própria Petrobras, mantém seus preços comprimidos. Não é de estranhar que se intensifiquem alertas sobre possível escassez de diesel no País já no início do segundo semestre. Regiões mais distantes das refinarias nacionais seriam as primeiras a serem afetadas.

VEÍCULO: Estado de SP

Data: 09/06/2022

Seção: Espaço Aberto

Autor:

Título: Mais Brasília, menos Brasil: José Serra

A alta vertiginosa dos preços dos combustíveis e as respostas do governo federal ao problema, que de fato repercute de muitas maneiras sobre a população, trazem à tona, mais uma vez, os conflitos e as contradições que permeiam o atual arranjo federativo brasileiro. É sintomático que um problema conjuntural tenha desencadeado uma disputa interminável opondo Estados e União. Seu último capítulo tem por roteiro o Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 18/2022, discutido no Congresso Nacional com o objetivo de reduzir o ICMS incidente sobre combustíveis: uma nova versão do mais Brasília, menos Brasil.

O mundo vem lidando com um forte aumento do preço dos combustíveis depois que o petróleo atingiu cotações vistas pela última vez em 2008. Naquele ano, os contratos futuros do barril do Brent – o petróleo extraído do Mar do Norte e

comercializado na Bolsa de Londres – chegaram a custar US\$ 139. Hoje, estão valendo US\$ 119, só que agora num mundo pós-pandemia e em guerra. Neste contexto inflacionário, o Brasil e diversos países discutem medidas para evitar que essa alta nos preços do petróleo chegue da mesma forma aos combustíveis. Na Europa, há países criando impostos sobre ganhos de empresas para financiar subsídios à energia, como a Finlândia.

Outras nações congelam temporariamente os preços, como a França, enquanto outras promovem subsídios para famílias de baixa renda, caso do Reino Unido. Portugal chegou a criar uma espécie de voucher para compra de combustível com recursos do orçamento provenientes do aumento da arrecadação de impostos sobre combustíveis. Nos Estados Unidos, os governos estaduais anunciam a suspensão temporária de impostos. A medida vem sendo chamada de Tax Holiday – feriado sem impostos. Ao menos cinco Estados – Nova York, Connecticut, Flórida, Geórgia e Maryland – anunciaram suspensão temporária dos impostos estaduais sobre combustíveis.

No Brasil, estamos assistindo a um conflito federativo entre a União e as demais unidades federativas. De um lado, temos parte do Congresso Nacional e o Poder Executivo federal unidos na missão de invadir a autonomia fiscal dos Estados com o objetivo de reduzir, na marra, o ICMS sobre combustíveis. Do outro lado, os governos estaduais se opõem à medida tendo em vista os impactos fiscais e os riscos de subfinanciamento dos serviços públicos nas áreas da saúde, da educação e da segurança. Para entender o problema, é importante ter claro quem faz o que no federalismo fiscal brasileiro. Os dados mostram, por um lado, que 100% do regime geral da previdência social, 95% da assistência social e 94% dos subsídios são bancados pelo orçamento federal.

Por outro lado, os Estados e os municípios são responsáveis pela execução orçamentária de 67,8% da saúde, de 72% da educação e de 88,7% da segurança pública. Vale, também, dizer que 83,6% das compras governamentais são realizadas pelos governos subnacionais, gerando empregos e renda no País. Também é preciso ter clareza da importância do ICMS na arrecadação tributária dos Estados e dos municípios. Trata-se do principal imposto do País, representando 21% da carga tributária total. Representa 80% da arrecadação tributária dos Estados, que repartem 25% da arrecadação com os municípios. Estimativas que circulam pelos corredores do Congresso mostram que o PLP 18

pode provocar perdas fiscais anuais para os Estados em torno de R\$ 100 bilhões. Somente São Paulo perderia cerca de R\$ 15 bilhões por ano.

O conflito federativo decorrente da crise dos combustíveis deve ser entendido nesse contexto. De um lado, a União tenta reduzir o ICMS sobre combustíveis mediante alteração de leis federais, valendo-se de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). O propósito é conter a alta de preços que alimenta a inflação, objeto de atuação do Banco Central, e afeta todos os segmentos populacionais. De outro, Estados e municípios veem sua arrecadação subitamente erodida por decisões do governo federal, com impacto direto nos setores de saúde e educação, cujo custeio é condicionado pelas receitas de ICMS. Iniciativas como o PLP n.º 18/2022 evidenciam os riscos e instabilidades inerentes ao atual arranjo federativo brasileiro, em que questões conjunturais põem os entes em rota de colisão.

Comparar, sem qualificar, o comportamento dos Estados brasileiros ao de seus congêneres americanos, que vêm reduzindo a tributação de combustíveis na crise, só confunde o debate e agrava o problema. É que, no federalismo americano, o governo federal e o Congresso Nacional não podem invadir a autonomia fiscal dos governos estaduais. Lá funciona para valer o mais América, menos Washington. Ironicamente, vemos o Ministério da Economia abraçar a tese do “mais Brasília, menos Brasil” às vésperas das eleições deste ano, apesar de a experiência internacional mostrar que existem outros caminhos. Abandonaram a ladainha do “mais Brasil, menos Brasília” usada como mantra nas eleições de 2018, quando lá defenderam a tese da maior autonomia para Estados e municípios.

VEÍCULO: Estado de SP

Data: 09/06/2022

Seção: Política

Autor:

Título: Ex-presidente diz que Bolsonaro deveria dar ‘canetada’ na Petrobras

Ao criticar a alta de preço dos combustíveis, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pré-candidato à Presidência, afirmou ontem que, se o presidente Jair Bolsonaro tivesse “coragem”, deveria usar a “mesma caneta” que implementou a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) da Petrobras para revertê-la. Com a medida, os preços dos combustíveis sobem conforme a cotação

internacional, o que é criticado tanto por Bolsonaro como por Lula por causa do impacto na inflação, uma das principais preocupações dos eleitores. “Se para aumentar o preço do combustível e transformar em preço internacional foi numa canetada, para você tirar também pode ser numa canetada”, disse Lula, à Rádio Itatiaia.

VEÍCULO: Estado de SP

Data: 09/06/2022

Seção: Economia

Autor:

Título: Com teto, Aneel vê conta até 12% menor

A conta de luz dos consumidores pode ficar de 10% a 12% mais barata em alguns Estados com a limitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre energia elétrica, de acordo com estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A imposição de um teto para o imposto estadual está prevista em projeto de lei que deve ser apreciado pelo Senado na próxima semana. “É uma pauta estrutural, que a gente já vem trazendo há muito tempo para discussão. Acho que, se conseguir avançar, vai ser muito positivo”, disse a diretora-geral substituta da agência, Camila Bomfim, durante evento. “Em alguns Estados, pode ter uma redução bastante significativa, de 10 a 12%.”

O projeto aprovado pela Câmara estabelece um teto de 17% para o ICMS não só sobre energia elétrica, entre outros “bens e serviços essenciais e indispensáveis”. Questionada sobre a pressão do Congresso por medidas para atenuar os reajustes tarifários, a diretora afirmou que a agência “sempre leva todos os fardos do processo de tarifa”, por ser responsável pelo anúncio dos reajustes. “Mas nosso papel de atuação é muito limitado. Temos feito um grande esforço e somos chamados ao Congresso para discutir sobre tarifas. Fazemos questão de ir e demonstrar os impactos de todas as medidas que foram tomadas.”

VEÍCULO: Estado de SP

Data: 09/06/2022

Seção: Economia

Autor:

Título: Relator estima queda de até R\$ 1,65 no preço da gasolina

A investida do governo no Congresso para tentar derrubar o preço dos combustíveis – uma preocupação do comando de campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro – deve custar de largada R\$ 46,4 bilhões aos cofres públicos, para uma redução de até R\$ 1,65 no litro da gasolina e de R\$ 0,76 no do óleo diesel. As estimativas de queda na bomba foram feitas ontem pelo senador Fernando Bezerra (MDB-PE). Relator do tema na Casa, ele apresentou seu relatório sem aceitar pedido dos governadores para mudar o texto que já foi aprovado na Câmara. O custo total do pacote foi estimado inicialmente em R\$ 46,4 bilhões, sendo R\$ 29,6 bilhões fora do teto de gastos – a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação.

Os outros R\$ 16,8 bilhões se referem a estimativas sobre quanto o governo federal vai abrir mão de receitas para zerar tributos federais sobre a gasolina. Segundo Bezerra, suas estimativas levam em consideração os efeitos do projeto de lei complementar que estabelece um teto de 17% para o ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, além das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Em média, o litro da gasolina está sendo vendido hoje por R\$ 7,21 e o do diesel, por R\$ 6,88, segundo os dados mais recentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

REAÇÃO. Contrários ao pacote, os governadores dizem que pode não haver impacto para o consumidor final, ao mesmo tempo que preveem perda de arrecadação – estimada em até R\$ 115 bilhões, com impacto em projetos nas áreas de saúde e educação. Em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), eles pediram mudanças na forma de compensação oferecida pelo governo federal para a redução do ICMS. Reivindicaram ainda que esse corte seja gradual, numa espécie de “modulação”, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o teto de 17% para bens e serviços essenciais valeria a partir de 2024. O relator, porém, não aceitou os pedidos e manteve, em seu parecer, a eficácia imediata da medida.

VEÍCULO: Estado de SP

Data: 09/06/2022

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Com fixação de teto, ICMS pode cair à metade em alguns Estados

A proposta de limitar a cobrança do ICMS em 17% para combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte pode significar uma redução à metade da alíquota do tributo em alguns Estados. O Rio de Janeiro, por exemplo, cobra 34% sobre a gasolina. Maranhão, Minas Gerais e Piauí seguem o Rio na lista dos Estados com tributação mais alta sobre a gasolina com alíquota de 31%. A maior parte dos governadores cobra em torno de 29% sobre a gasolina e terá de derrubar a alíquota caso o projeto seja aprovado no Senado. No etanol, o ICMS mais comum é de 25%, mas no Rio chega a 32% e em Tocantins a 29%. No diesel, a mediana entre os Estados é de 17%, exatamente o limite que o projeto busca impor aos governadores.

Nove Estados, porém, têm alíquotas do diesel acima desse teto e terão de se mexer: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A maior parte dos Estados também coincide com o teto no caso do gás de cozinha. Para a conta de luz residencial, a alíquota mais recorrente é de 25%. Em telecomunicações, 29%. O levantamento das alíquotas foi feito pelo Estadão com base nos dados fornecidos pelas entidades que reúnem as empresas desses setores: Fecombustíveis (comércio de combustíveis), Conexis (telecomunicações) e Abradee (distribuidoras de energia). Pelo projeto, esses itens passam a ser considerados essenciais, e a redução das alíquotas terá de ser imediata. O texto já passou na Câmara com votos favoráveis de ampla maioria e integra um pacote de medidas do governo e de aliados do Centrão para reduzir os preços em ano de eleições.

‘TRATOR’ NA VOTAÇÃO. Governadores que estiveram ontem em Brasília para desidratar o impacto da desoneração saíram com o sentimento de que os parlamentares vão “passar o trator” e aprovar o projeto sem mudanças, segundo apurou a reportagem. Enquanto governadores reclamam do projeto, os setores trabalham nos bastidores para não serem retirados na hora da votação. “As elevadas alíquotas de ICMS para telecomunicações prejudicam uma expansão maior da conectividade no Brasil, prejudicando o desenvolvimento econômico e social igualitário em todas as regiões do País”, diz Marcos Ferrari, presidente da Conexis, o sindicato das empresas das operadoras.

Para ele, seria um tiro no pé das camadas mais pobres tirar do texto as telecomunicações. Para o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Juliano Ferreira, a redução dos tributos para o combate à alta dos combustíveis está sendo feita de forma atabalhoada com riscos fiscais para o futuro. “Está sendo feito tudo de

forma confusa para embarcar numa agenda eleitoreira com elevado custo final”, diz. Para ele, faz mais sentido “não dar esse subsídio do que dar”. Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Felipe Salto, é duro nas críticas ao projeto e cobra a compensação pela União por toda a desoneração “Diante do cenário, o importante é que as compensações ocorram, com abatimento de dívida, como propôs o governador Rodrigo Garcia”, afirma. Segundo ele, São Paulo, sem compensação, perderia R\$ 15,4 bilhões. A proposta é de compensação com abatimento automático mensal no serviço da dívida. “É uma boa saída”, diz.

VEÍCULO: Estado de SP

Data: 09/06/2022

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Petrobras indica novo reajuste do diesel

A Petrobras sinalizou ontem novos reajustes dos combustíveis, em especial do óleo diesel. Em uma nota com “esclarecimento da Petrobras sobre a prática de preços de mercado”, a petroleira afirma que “não há fundamentos que indiquem a melhora do balanço global e o recuo estrutural das cotações internacionais de referência para o óleo diesel”. O comunicado foi divulgado dois dias depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciar um pacote de medidas para tentar segurar os preços nas bombas, incluindo a isenção de impostos federais e o pagamento de ICMS zerado pelos Estados.

As alterações estão em análise no Congresso. Na avaliação da Petrobras, porém, o atual cenário mundial é de escassez e, como o Brasil é deficitário em produção de óleo diesel, tendo importado quase 30% da demanda total em 2021, o resultado é que “poderá haver maior impacto nos preços e no suprimento”. A estatal acrescenta que esse cenário se tornou ainda mais provável porque o consumo nacional de diesel é historicamente mais alto no segundo semestre, com o aumento das atividades agrícola e industrial.

Fora do Brasil, há ainda um conjunto de fatores que, diz a Petrobras, deve puxar os preços, como os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia. “Diante desse quadro, é fundamental que a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado global seja referência para o mercado brasileiro de combustíveis, visando à segurança energética nacional”, afirma a companhia. Desde o início do governo, Bolsonaro já demitiu três presidentes da Petrobras. O atual ocupante

do cargo, José Mauro Coelho, está demissionário, mas a sua substituição ainda aguarda a realização de nova assembleia de acionistas da empresa.

VEÍCULO:	Folha de S. Paulo
Data:	09/06/2022
Seção:	Colunas
Autor:	Fábio Zanini
Título:	Tiro no pé

Tiro no pé

Embora seu substituto, Caio Paes de Andrade, já tenha sido indicado pelo governo federal, o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, não desistiu de convencer parlamentares de que qualquer mudança na política de paridade de preços da estatal pode sair pela culatra.

Exemplo

Ele compartilhou nesta semana com deputados uma matéria do jornal Valor Econômico que relata a disparada de preço e o racionamento de diesel na Argentina, onde não há paridade com os valores internacionais.

VEÍCULO:	Folha de S. Paulo
Data:	09/06/2022
Seção:	Mercado
Autor:	Cristiane Gercina
Título:	Reserva de papéis com o FGTS tem corrida contra o tempo e instabilidade no último dia

São Paulo - No último dia para a reserva das ações da Eletrobras com uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que terminou às 12h desta quarta-feira (8), bancos e corretoras apresentaram instabilidade pela manhã, dificultando a operação por parte dos clientes que deixaram para fazer a reserva perto do prazo final. Também houve relatos de dificuldades para concluir a reserva na terça (7), véspera do encerramento.

Os relatos são de falhas nos aplicativos e sites de ao menos três instituições: Santander, Rico Investimentos e XP Investimentos. Houve ainda instabilidade no

aplicativo FGTS, da Caixa Econômica Federal, cuja mensagem, logo pela manhã, pedia para o que o usuário esperasse alguns minutos e tentasse fazer a operação mais tarde.

O Santander informou ter registrado casos pontuais de reclamações de clientes que não estavam conseguindo realizar a operação. A falha, segundo o banco, seria em virtude da “alta demanda de reservas para o Fundo Mútuo de Privatização da Eletrobras”.

O banco disse que, para atender seus correntistas, “ofereceu alternativas de formalização da reserva por internet banking, central de atendimento, agências e assessoria de investimento”. As opções foram comunicadas por email, notificações, redes sociais e alertas nos próprios aplicativos do bancos.

Já a Caixa afirmou que “não houve intermitência no app FGTS e que o mesmo se encontra operando em normalidade”.

As demais instituições não responderam à reportagem. Para concluir a reserva de ações, o investidor deveria abrir conta em um banco ou corretora habilitado para a operação. A abertura da conta na instituição financeira escolhida para administrar a reserva deveria ter ocorrido também até as 12h desta quarta.

As ações compradas com dinheiro do FGTS só poderão ser vendidas após 12 meses. Mas se o trabalhador se encaixar em uma das situações em que a legislação permite o saque do Fundo de Garantia, poderá vender os papéis antes. É o caso de quem precisar do dinheiro para compra da casa própria, o trabalhador que for demitido sem justa causa ou se aposentar e de quem ficar três anos sem depósitos no FGTS.

Se for demitido sem justa causa, terá ainda a multa de 40% calculada sobre todo o saldo da conta da empresa no fundo, somando também o que investiu na Eletrobras.

Já investidores que fizeram a reserva sem o dinheiro do FGTS não têm prazo mínimo de permanência, ou seja, poderão vender as ações a qualquer momento.

Os trabalhadores puderam investir valor mínimo de R\$ 200 para reserva de papéis da Eletrobras até o limite de 50% do saldo no fundo.

O valor efetivamente aplicado, porém, dependerá da procura pelas ações. Se o montante ultrapassar R\$ 6 bilhões, haverá rateio de valores.

O limite de R\$ 6 bilhões também inclui os trabalhadores que migraram seu FGTS de ações da Petrobras e Vale. Foi permitido reservar até 50% do saldo do FGTS para investir no FMP (Fundo Mútuo de Privatização).

O investimento em ações da Petrobras, de 18 de agosto de 2000, até 24 de maio de 2022, rendeu cerca de 1.153% contra 185% do FGTS, e 289% da inflação, de acordo com a Genial Investimentos. No caso da Vale, a valorização foi de 3.900% de 28 de março de 2002 até 24 de maio de 2022 ante 156% do FGTS e 247% da inflação.

Segundo informou a Caixa, após a definição se haverá rateio, o banco irá iniciar o processamento dos débitos nas contas do FGTS. Por meio do aplicativo FGTS o trabalhador poderá consultar os valores efetivamente debitados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Lucas Bombana e Clayton Castelani

Título: Com forte demanda, ação da Eletrobras deve ter rateio

São Paulo - A demanda dos investidores pelas ações da Eletrobras superou de três a quatro vezes o tamanho total da oferta, estimam operadores do mercado ouvidos pela Folha em condição de anonimato. Analistas estimam um volume de pelo menos R\$ 27,5 bilhões, sendo que uma fonte do mercado afirmou que o valor chegou a R\$ 51 bilhões.

A oferta de ações da Eletrobras, no âmbito do processo de privatização da empresa de energia elétrica, pode movimentar até R\$ 35 bilhões, consideradas a oferta primária de 627,6 milhões de ações e mais um lote adicional de 104,6 milhões de ações.

Entre os grandes investidores que atuaram como âncora na operação —aqueles que garantem uma demanda para a oferta sair—, estão o GIC, o fundo soberano de Singapura, e o CPPIB, fundo de pensão canadense, de acordo com a Reuters.

O valor de cada ação comprada será divulgado nesta quinta-feira (9), conforme o cronograma oficial, e o preço será determinado com base no interesse dos investidores.

Os dois grandes investidores já haviam sido indicados à Folha em reportagem publicada no fim de maio, junto a outros agentes como 3G Radar, já um dos principais acionistas da Eletrobras, e Itaúsa.

Um gestor ouvido pela Folha diz que os âncoras já teriam assegurado um volume ao redor de R\$ 13,5 bilhões na oferta da Eletrobras.

Segundo um gestor de fundo de investimento, que também pediu anonimato, nas conversas que têm tido com os bancos e corretoras que participaram da oferta, a demanda dos investidores com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) teria sido um sucesso e superado as expectativas, alcançando uma cifra acima dos R\$ 6 bilhões estabelecidos pela Eletrobras como limite para o volume vindo do Fundo de Garantia.

O prazo para os trabalhadores fazerem a reserva de ações utilizando dinheiro do FGTS terminou às 12h desta quarta. Caso a demanda dos trabalhadores se confirme acima dos R\$ 6 bilhões, haverá rateio, com a destinação aos interessados de uma fatia menor que o valor reservado.

Caso haja rateio, os valores depositados em excesso serão devolvidos ao FGTS sem qualquer remuneração.

Além do volume destinado aos trabalhadores com o Fundo de Garantia, agentes de mercado que acompanham a operação estimam um volume adicional de aproximadamente R\$ 3 bilhões para os investidores pessoa física que entraram na oferta comprando as ações diretamente, e não via cotas dos fundos mútuos de privatização.

Ou seja, considerados os âncoras e a demanda do varejo com e sem FGTS, o total já estaria em algo como R\$ 22,5 bilhões.

Além desse montante, há também o volume destinado aos investidores com prioridade na oferta, como aqueles que já compõem a base acionária. Nesse caso,

fontes estimam um volume em torno de R\$ 5 bilhões, levando o total para R\$ 27,5 bilhões.

As ações ordinárias da Eletrobras fecharam a sessão desta quarta em alta de 0,81%, a R\$ 42,14, após terem chegado a marcar valorização de quase 3% durante a tarde.

Além da divulgação do preço de cada ação nesta quinta-feira, também tem início a negociação dos ADRS (American Depositary Receipts) da Eletrobras na Bolsa de Nova York, nos Estados Unidos, emitidas no âmbito do processo de privatização, segundo o calendário da empresa de energia.

O cronograma divulgado pela Eletrobras aponta também que o prazo para o exercício da opção de ações do lote suplementar está previsto para começar nesta sexta-feira (10), com término no dia 11 de julho.

Já na próxima segunda (13) começam as negociações das ações da Eletrobras na B3, a Bolsa de Valores.

Com o processo de privatização da Eletrobras, e os ganhos de eficiência que podem vir a reboque com a empresa de energia elétrica deixando de estar sob o controle do Estado, analistas de mercado estimam que os papéis na Bolsa podem se valorizar até 85% nos próximos meses. A empresa deve reduzir a participação do governo de 70% para cerca de 45%.

Mesmo com a forte alta em torno de 3 0% das ações da Eletrobras no acumulado do ano, boa parte justamente pela expectativa da privatização, analistas entendem que ainda há espaço para que a valorização prossiga com força.

Sócio e analista da gestora de recursos Perfin, Marcelo Sandri diz que, embora os papéis da companhia de energia com foco em geração e transmissão já tenham apresentado um desempenho destacado, conforme os ganhos de eficiência passem a se materializar, de fato, a tendência é de uma continuidade de valorização dos papéis na Bolsa.

“A Eletrobras hoje é altamente ineficiente, sob a ótica dos custos em relação à capacidade instalada de geração, que é quase o dobro da média das empresas

privadas do setor. Com a privatização, a empresa deve ter a oportunidade de reduzir os custos pela metade, ou até mais do que isso”, afirma Sandri, que conta ter na empresa uma das principais posições na carteira dos fundos de ações da gestora.

Os analistas da Eleven Financial Research projetam um preço alvo de R\$ 79 para os papéis da Eletrobras em dezembro, com um potencial de valorização estimado em torno de 85%.

“Com controle privado, esperamos que a alocação de capital e a gestão do portfólio sejam direcionadas para a criação de valor”, dizem os especialistas da casa de análise de investimentos em relatório.

Eles notam que, em empresas privadas do setor, há uma avaliação mais ativa sobre os seus portfólios, com trocas ou desinvestimentos quando determinado ativo não estiver entregando um bom desempenho.

“Adicionalmente, também vemos oportunidade em melhor alocar o capital em projetos de crescimento.”

Com controle privado e como líder de mercado tanto em geração quanto em transmissão de energia, os analistas da Eleven preveem que a Eletrobras possa participar de maneira relevante na expansão do sistema, alavancando a sua expertise técnica e a sua escala.

“Em termos relativos, vemos a Eletrobras negociando com desconto em todos os múltiplos ante a média dos múltiplos de geradoras e transmissoras”, assinalam os especialistas da Eleven.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Victoria Azevedo e Leonardo Vieceli

Título: Lula e Rodrigo Garcia criticam propostas de Bolsonaro e dizem que preços não vão cair

São Paulo e Rio de Janeiro - A proposta de subsídio a combustíveis do governo Bolsonaro, que inclui a redução da cobrança de ICMS, foi alvo de ataques nesta quarta (8) de adversários políticos.

Possível concorrente direto de Jair Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que a proposta do governo de reduzir o ICMS de combustíveis não resultará na redução do preço da gasolina e do botijão de gás.

Ele disse ainda que o presidente Jair Bolsonaro (PL) não tem “coragem” para determinar a redução do preço de combustíveis com a Petrobras.

“O aumento da gasolina ao preço internacional não foi feito com votação no Congresso, foi canetada do Pedro Parente [ex-presidente da Petrobras na gestão Michel Temer]. Se, para aumentar o preço do combustível e transformar ao preço internacional, foi numa canetada, para você tirar, também pode ser numa canetada. O presidente, se tivesse coragem e não fosse um fanfarrão, um embusteiro, já teria feito isso”, afirmou Lula.

Saída semelhante, de usar aposição de controle sobre a estatal para reduzir os preços, foi defendida em rede social pelo governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, do PSDB. “Fundamental que o governo dê o exemplo e comece a fazer isso pela Petrobras, que é quem manda no preço do combustível. Querer reduzir preço começando pelo ICMS é como colocar o paciente pra examinar o médico”, escreveu.

Lula, em entrevista à rádio Itatiaia Vale do Aço, de Timóteo (Minas Gerais), na manhã desta quarta, afirmou: “Vocês vão ver que toda essa briga da redução do ICMS não vai resultar na bomba, no botijão de gás e no diesel. Aquilo que ele [Bolsonaro] está criando de expectativa. Ele faria muito mais simples se tivesse coragem de chamar a Petrobras e dizer que é preciso parar. A mesma caneta que assinou para que a gente internacionalizasse o preço [dos combustíveis], a mesma caneta pode tomar a decisão de não internacionalizar”.

O petista disse ainda que Bolsonaro “quer jogar a culpa nos governadores” e que, ao mexer no ICMS, “os municípios vão perder dinheiro”.

“E com isso a educação e a saúde vão perder dinheiro. Como você reduz ICMS para o governo, você vai reduzir dinheiro dos municípios. Para beneficiar as pessoas que têm carro, que não são a maioria, que usam gasolina, o presidente vai jogar o peso da culpa em toda a sociedade brasileira”, continuou.

“Quando ele [Bolsonaro] diz que vai fazer compensação, ele vai fazer até dezembro. Depois de dezembro quero saber quem vai arcar com a falta de arrecadação dos municípios”, seguiu o petista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/06/2022

Seção: Mercado

Autor:

Título: Conta de luz pode cair até 12% com aprovação de teto no ICMS, diz Aneel

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) calcula que a conta de luz possa cair entre 10% e 12% em caso de aprovação do projeto de lei que limita a alíquota do ICMS a 17%, hoje alvo de um embate entre o Congresso e os governadores. A conta foi divulgada pela diretora-geral substituta da agência, Camila Bomfim, em evento que reuniu representantes do setor nesta quarta-feira (8) no Rio de Janeiro. O percentual de queda varia entre os estados, frisou ela. A Aneel trabalha com um reajuste médio de 18% nas tarifas em 2022. A projeção, porém, não considera medidas em curto para aliviar a pressão sobre a conta de luz, como a devolução de créditos tributários a distribuidoras e a privatização da Eletrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Abastecimento de diesel requer ‘atenção especial’, diz Petrobras

Rio de Janeiro - A Petrobras afirmou nesta quarta-feira (8) que o abastecimento nacional de diesel “requer atenção especial” diante das perspectivas de maior aperto no mercado internacional e que “países vizinhos” já vêm sofrendo com o desalinhamento de preços.

O comunicado divulgado no início da noite tem um tom mais forte de alerta do que informes anteriores da estatal em defesa de sua política de preços dos combustíveis, que passou a ser alvo tanto da oposição quanto do governo.

“A prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado é condição necessária para que o país continue sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diversos agentes”, afirma a companhia, que alerta para riscos de falta de produtos no mercado internacional.

Segundo a empresa, os riscos decorrem de aumento sazonal da demanda mundial no segundo semestre, menor disponibilidade de exportações russas por sanções econômicas e eventuais indisponibilidades de refinarias nos Estados Unidos e Caribe com a temporada de furacões.

“Em um cenário de escassez global, o abastecimento nacional requer uma atenção especial. Como o país é estruturalmente deficitário em óleo diesel, tendo importado quase 30% da demanda total em 2021, poderá haver maior impacto nos preços e no suprimento”, continua a empresa.

“Diante desse quadro, é fundamental que a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado global seja referência para o mercado brasileiro de combustíveis, visando à segurança energética nacional”, conclui.

A Petrobras vem sendo pressionada a mudar sua política comercial diante da escalada dos preços nos últimos meses.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Eduardo Cucolo

Título: Reação do mercado pode anular efeito de medidas para baratear combustível

São Paulo - As medidas anunciadas pelo governo para tentar baixar o preço dos combustíveis podem ser parcialmente anuladas pela reação negativa do mercado, que já se reflete no câmbio, nas taxas de juros e nas medidas de risco-país.

A avaliação é que o governo federal está abrindo mão de um volume significativo de recursos para promover uma redução de preços temporária, que não chegará integralmente ao consumidor e que não privilegia os mais pobres.

Além disso, as propostas prejudicam as finanças dos estados, o que deve levar a uma judicialização da questão.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu desonerar tributos federais sobre a gasolina e o etanol. Também anunciou que o governo vai ressarcir os estados que aceitarem zerar as alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha até o fim do ano. O impacto das medidas é calculado em cerca de R\$ 50 bilhões. Parte do dinheiro deve vir da privatização da Eletrobras, afirma o governo.

Em reação ao pacote, o dólar avançou 1,41% na terça (7) e 0,30% nesta quarta (8), quando fechou cotado a R\$ 4,8890.

“A gente precisa ter um mínimo de planejamento para não queimar receita à toa, além de ter um efeito rebote: que o aumento da percepção de risco e incerteza acabe provocando mais inflação”, afirma Juliana Damasceno, analista da Tendências Consultoria.

Para ela, não faz sentido abrir mão de receita para desonerar todos os consumidores, inclusive os de alta renda, sendo que esse dinheiro poderia ser direcionado aos mais pobres, por meio da ampliação dos beneficiários do Auxílio Brasil, de um aumento do vale-gás ou de uma política de voucher para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativo, por exemplo.

“A gente sabe o que acontece quando o governo controla preços. Há risco de desabastecimento, não dá para fazer isso de forma indefinida e a inflação volta com toda força, como aconteceu no governo Dilma.”

O economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper e colunista da Folha, rebate os argumentos do governo de que há sobra de arrecadação para bancar as medidas e de que os mais pobres serão os mais beneficiados.

Também afirma que apenas países ricos têm usado volume significativo de recursos para bancar o aumento dos preços de combustíveis e energia.

“É uma alocação ruim de recurso público. Vai reduzir temporariamente o preço dos combustíveis, não vai mudar a dinâmica da inflação. Está longe de ser uma coisa para os mais pobres. E não estou vendo país de renda média fazer o que o Brasil está fazendo.”

Ele diz que o aumento de arrecadação que será usado para bancar essas medidas é temporário e poderia ser mais bem utilizado para subsidiar apenas os mais pobres ou reduzir a dívida pública, o que resultaria em juros menores. O mesmo se dá com os dividendos da Petrobras e o recurso da privatização da Eletrobras, que serão gastos com despesa corrente.

Mendes afirma ver também o risco de judicialização do valor a ser ressarcido aos estados, a exemplo do que já ocorreu no passado em relação à Lei Kandir.

O advogado Fernando Zilveti também espera uma judicialização e afirma que algumas propostas são inconstitucionais, pois cabe aos estados definir a alíquota do ICMS.

Uma disputa no Judiciário, no entanto, terá custos políticos tanto para os governadores como para o Supremo, ao mesmo tempo que trará dividendos para Jair Bolsonaro, avalia o tributarista.

“É um ato sem nenhum planejamento, nem jurídico nem fiscal. Há uma movimentação deliberada de tirar força dos estados. Você tem uma medida inconstitucional, que não para de pé no Supremo”, diz.

“Ele [Bolsonaro] está deixando tudo isso para judicializar e botar a conta no Supremo.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Idiana Tomazelli e Renato Machado

Título: PEC limita compensação a estados por corte de impostos em R\$ 29,6 bi

Brasília - A PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Combustíveis vai permitir um repasse de até R\$ 29,6 bilhões para a União subsidiar a redução de impostos estaduais sobre diesel, gás natural, CLP e etanol.

O valor foi divulgado nesta quarta (8) pelo senador Fernando Bezerra (MDB-PE), que será o relator da PEC na Casa.

Ele chegou a dizer, em entrevista, que a cifra não constaria no texto, contrariando a recomendação do Ministério da Economia para evitar um cheque em branco. A versão apresentada para coleta de assinaturas, no entanto, define explicitamente o limite.

O subsídio aos estados pode custar, sozinho, mais que os R\$ 25,3 bilhões que a União vai receber com a privatização da Eletrobras, a maior empresa de energia da América Latina.

O texto da proposta foi apresentado pelo novo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ). Segundo Bezerra, os estados não serão obrigados a aderir, mas só receberão os recursos se aceitarem cortar os impostos estipulados.

A medida foi anunciada na segunda-feira (6) pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) como aposta do governo para reduzir os preços dos combustíveis no momento em que o chefe do Executivo aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto.

A alta dos preços é apontada por membros da campanha do presidente como obstáculo à reeleição.

Na ocasião, Bolsonaro disse que a compensação seria paga se os estados zerassem as alíquotas de ICMS sobre diesel e gás de cozinha até o fim do ano.

Agora, o texto detalhado por Bezerra em entrevista coletiva também vai prever compensação à redução a zero do imposto sobre gás natural e ao corte da alíquota sobre o etanol para 12%. As medidas precisarão ser adotadas simultaneamente.

Os valores serão pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 5,92 bilhões, de forma proporcional à participação dos estados e do Distrito Federal em relação à arrecadação total do ICMS em 2021 sobre os produtos alvo da medida.

O texto, segundo o senador, garante um repasse também proporcional aos municípios, assim como a vinculação dos recursos à base de cálculo do Fundeb, fundo que financia ações de educação básica.

O repasse será feito por meio de crédito extraordinário, que fica fora do teto de gastos. A despesa também não será contabilizada na meta de resultado primário, nem na chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes.

O valor do repasse é maior que os R\$ 25,7 bilhões que vinham sendo contabilizados pelos técnicos do governo.

Como mostrou a Folha, o Ministério da Economia vem monitorando com atenção os próximos passos do Congresso na discussão das propostas. O limite estipulado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para o conjunto das medidas é de um impacto de R\$ 50 bilhões.

Até agora, a fatura soma R\$ 46,4 bilhões. Além do subsídio aos estados, o governo federal vai zerar as alíquotas de PIS/Cofins sobre gasolina e etanol e da Cide sobre a gasolina, medidas que devem drenar R\$ 16,8 bilhões dos cofres federais, segundo cálculos preliminares.

Em entrevista, Bezerra também apresentou os detalhes de seu parecer sobre o projeto de lei complementar que fixa um teto para a cobrança de ICMS sobre bens tidos como essenciais, como combustíveis, energia, transportes e telecomunicações.

Pela proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, os estados não podem aplicar sobre esses itens percentuais maiores que a alíquota modal, que fica entre 17% e 18%.

Juntas, as duas propostas (PEC e projeto de lei) poderiam proporcionar uma redução de R\$ 0,79 no litro do diesel e de R\$ 1,65 no litro da gasolina, segundo simulações citadas por Bezerra. Ele se disse “otimista” quanto à possibilidade de ambos os textos serem apreciados na segunda (13).

“O governo acredita que essas medidas poderão fazer com que a inflação brasileira seja menor que a americana depois de todos os anos da vida da

história”, disse o relator. A inflação brasileira acumula alta de 12,13% em 12 meses até abril, lá o índice de preços ao consumidor nos EUA avançou 8,3%. no mesmo período.

“É uma tentativa. Se você me perguntar ‘vai dar certo?’. Eu não sei, mas eu torço para dar certo”, afirmou Bezerra.

Os estados contestam o efeito nos preços e afirmam que as medidas podem rapidamente ser anuladas caso a Petrobras anuncie um novo reajuste.

Em um revés para os governadores, que tentavam adiar para 2024 a redução estrutural das alíquotas de ICMS, Bezerra decidiu manter a “espinha dorsal” do projeto aprovado pela Câmara. “A decisão que vem dentro do meu relatório é pela eficácia imediata das [novas] alíquotas, conforme aprovado pela Câmara.” Os estados apontam risco de um prejuízo de R\$ 115 bilhões na arrecadação. Na entrevista, Bezerra rebateu o argumento dos governadores e disse que, segundo cálculos do Tesouro, a queda na arrecadação deve ser de R\$ 65 bilhões.

Além disso, o relator sinalizou pequenas concessões aos governos estaduais. Ele modificou o gatilho a ser acionado quando a queda de arrecadação for maior que 5%. Na Câmara, o mecanismo era aplicado levando em conta o total de receitas —o que tornava a disparada do instrumento mais difícil. No novo texto, a proposta é considerar apenas a eventual queda na arrecadação com os itens alvos da mudança de alíquota.

Bezerra também disse que vai tornar a compensação mais imediata. Quando o gatilho for acionado, os estados que têm dívidas com a União poderão abater os valores das parcelas da dívida pagas mensalmente. Antes, a proposta era abater do estoque, sem garantia de alívio imediato no caixa.

Outra alteração prevê a inclusão de mecanismos para compensar estados que tenham perdas maiores que 5%, mas não têm dívidas com a União. Eles receberão, em 2023, parte da fatia do governo federal na CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). O relator disse que cinco estados podem se enquadrar nessa situação, e o impacto será de até R\$ 3 bilhões.

Esse grupo também terá prioridade na obtenção de novos empréstimos com bancos e outras instituições.

“Caso venha se confirmar um cenário de deterioração das contas públicas estaduais, [a proposta] tem um mecanismo de compensação efetivo, seguro, que garantirá a sustentabilidade das contas públicas”, disse o relator.

Nos últimos dias, governadores e secretários de Fazenda intensificaram o corpo a corpo na tentativa de buscar um acordo menos desfavorável em torno do projeto que fixa um teto para a cobrança de ICMS. O Senado costuma ser visto como uma Casa ligadas aos estados e sensível aos apelos dos governadores.

Na noite de terça (7), cinco chefes de Executivos estaduais, entre eles Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro, e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, além de um vice-governador e dez secretários estiveram com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e com o relator para pedir mudanças.

“Os estados deixaram claro que topam fazer o sacrifício, mas que ele não pode inviabilizar política pública, saúde, educação, infraestrutura, enfim toda a política pública que é feita”, disse Castro.

Na manhã desta quarta, um novo grupo de seis governadores, incluindo Rodrigo Garcia (PSDB), de São Paulo, e Rui Costa (PT), da Bahia, além de seis secretários participaram de nova reunião, mas a iniciativa não surtiu efeito.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/06/2022

Seção: Política

Autor: Guilherme Caetano

Título: Lula diz que falta ‘coragem’ para conter preços com ‘canetada’

O pré-candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, criticou ontem a redução do ICMS, proposta do governo federal para tentar frear a alta no preço dos combustíveis, e afirmou que a medida não terá efeitos práticos para a população. Para Lula, o presidente Jair Bolsonaro, “se tivesse coragem”, deveria enquadrar a Petrobras para revogar a política atual, que equiparou o preço dos combustíveis no Brasil ao mercado internacional, com uma “canetada”

A afirmação de Lula foi feita em entrevista à Rádio Itatiaia, no Vale do Aço, em Minas Gerais:

— O aumento da gasolina ao preço internacional não foi feito com uma votação no Congresso. Foi uma canetada do Pedro Parente, presidente da Petrobras. Portanto, se para aumentar o preço do combustível e transformar em preço internacional foi numa canetada, para você tirar também pode ser numa canetada. O presidente, se tivesse coragem, se não fosse um fanfarrão, um embusteiro, já teria feito isso.

O ex-presidente disse ainda que a redução do ICMS levará a uma perda de arrecadação de estados que afetará o caixa dos municípios e, consequentemente, políticas públicas nas cidades. Ele destacou que a redução do ICMS “não vai resultar na bomba nem no botijão de gás e nem no diesel”.

—Para beneficiar as pessoas que têm carro, que não são a maioria, o presidente vai jogar o peso da culpa em toda a sociedade. Porque quando ele diz que vai fazer compensação, vai fazer até dezembro. Depois quero saber quem vai arcar com a falta de arrecadação dos municípios. Esses municípios vão ser empobrecidos — disse.

Lula teve de cancelar uma viagem a Uberlândia (MG) após ser diagnosticado com Covid-19. O petista deve fazer um novo exame hoje para saber se está liberado para agendas.

Questionado se a regulamentação da mídia que chegou a propôr, embora sem detalhes, resultaria em censura, Lula afirmou que os avanços tecnológicos e a internet tornaram mudanças na legislação necessárias, negou cerceamento de informação, mas não explicou detalhes do plano. O ex-presidente disse que uma eventual regulamentação seria debatida pela sociedade e por representantes dos meios de comunicação.

MIRA NO TELEGRAM

Lula também criticou a atuação do Telegram, aplicativo de troca de mensagens muito usado por apoiadores de Bolsonaro:

— O dono do Telegram não pode fazer o que ele quer. Não pode ser um retransmissor de mentiras porque ele quer ganhar dinheiro. Ele tem que levar em

conta a cultura de cada país, tem que respeitar as leis do país, e não pode permitir que mentiras, inverdades, grosserias, ofensas façam parte da cultura brasileira.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/06/2022

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Farol baixo

A lanterna na popa' é o título do excelente livro de memórias escrito pelo ex-ministro e embaixador Roberto Campos, editado pela Topbooks em 1994. Tem a ver justamente com a visão do passado aos olhos do presente. A metáfora, desse modo, é virtuosa. A proposta de programa divulgada nestes dias pelo PT está baseada na versão perniciosa da lanterna na popa. Tenta voltar a um passado de glórias e se esquece do futuro.

Certa vez, em 1983, com o país ansiando por eleições diretas, uma entrevista coletiva do então governador de São Paulo, Franco Montoro, foi interrompida por alguém que gritou do fundo da sala, incomodado com a obviedade das propostas: "Farol alto, Montoro, farol alto". Era o jornalista e escritor Otto Lara Resende, que faria 100 anos neste ano e será celebrado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), de que fez parte. E ele provocou: "Por que você não lidera uma campanha pelas eleições diretas?" O resto é História.

Pois o farol do PT, em vez de alto, ilumina o passado. Quando é um passado virtuoso, como a política de meio ambiente, muito bem. Mas o ex-presidente Lula deixa de ser uma contraposição ao atual presidente Bolsonaro quando não resiste a medidas populistas. Como faz agora, ao falar da crise do preço dos combustíveis. Desafiou ontem, numa entrevista, Bolsonaro a ter coragem de dizer "basta" à Petrobras, determinando, "com uma canetada", que a estatal deixe de repassar a alta internacional dos preços do petróleo aos consumidores:

—Vocês vão ver que toda essa briga da redução do ICMS não vai resultar na bomba nem no botijão de gás nem no diesel, aquilo que ele [Bolsonaro] está criando de expectativa.

Lula deu sua receita:

- O que poderia fazer era o subsídio em cima desse lucro enorme da Petrobras.

Ora, tudo de que Bolsonaro gostaria seria resolver essa questão “com uma canetada” e subsidiar o preço dos combustíveis com os dividendos da Petrobras, que, segundo Lula, teve “lucros enormes” Já mudou o presidente da Petrobras três vezes, mas esbarra sempre na legislação e nas normas internas, criadas com rigor justamente para evitar que o governo, acionista majoritário, abusasse de seu poder como aconteceu nos governos petistas.

Nada mais parecido que o raciocínio dos dois para resolver um problema complexo: uma solução simplista e errada. Bolsonaro quer torrar a privatização da Eletrobras, mais os dividendos da Petrobras, para subsidiar um combustível do passado. A declaração, que parecia improvisada, de Lula dizendo que vai “abrasileirar” o preço dos combustíveis está reproduzida no programa de governo, em linguagem mais elaborada:

- No caso dos preços dos combustíveis e tarifas de energia elétrica, é necessário implementar políticas que envolvam a consideração dos custos de produção no Brasil, os efeitos sobre os orçamentos dos consumidores e a expansão da capacidade produtiva setorial.

A mágica de regulação dos preços já foi tentada no governo Dilma e resultou numa crise econômica que enfrentamos até hoje. No programa do PT há apenas citações passageiras sobre os combustíveis do futuro: “mudar o padrão de consumo de energia no país, participando do esforço mundial para combater a crise climática”; “avanço da transição ecológica e energética para garantir o futuro do planeta, apoiando o surgimento de uma economia baseada na biodiversidade de todos os biomas brasileiros”

Quanto ao papel da Petrobras nessa transição, poucas linhas, a não ser a indicação de que a estatal “será colocada de novo a serviço do povo brasileiro, e não dos grandes acionistas estrangeiros”. Como “de novo?”. Os fatos demonstram que a estatal foi colocada a serviço dos petistas e de seus aliados políticos, além de ajudar na política externa dos países esquerdistas vizinhos, como no caso da refinaria Abreu e Lima, feita para agradar a Chávez, o protoditador venezuelano que nos deu um calote bilionário.

O PT se gaba, em seu projeto de governo, de ter instituído “uma política de Estado de prevenção e combate à corrupção e de promoção da transparência e da integridade pública” Mas “se esquece” de mencionar o mensalão e o petrolão, esquemas corruptos financiados com dinheiro desviado. O PT volta a apostar no pré-sal, antes chamado de “bilhete premiado”, agora de “passaporte para o futuro”, que “ajudará o desenvolvimento brasileiro e a transição energética, tanto no desenvolvimento tecnológico como nos próprios projetos de expansão de fontes renováveis de energia”.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/06/2022****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura e Geraldo Doca****Título: Demanda por ações chega a R\$ 55 bi**

A Eletrobras já tem demanda mais que suficiente para viabilizar sua privatização. Investidores reservaram cerca de R\$ 55 bilhões para a capitalização da empresa. A cifra supera os valores previstos pelo governo para a venda de ações, segundo fontes do mercado a par da operação. Os números finais ainda estão sendo fechados, já que o período de reserva se encerrou ontem. O preço da ação será definido hoje.

Foram oferecidos ao mercado cerca de R\$ 35 bilhões em ações, considerando uma oferta primária de 627,6 milhões de papéis e mais um lote adicional de 104,6 milhões de ações. Diante do apetite dos investidores, a maior empresa de energia da América Latina se tornará uma companhia privada, sem controlador definido, em um movimento que representa uma vitória para o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Será a primeira estatal a ser privatizada neste governo, até então só haviam sido repassadas à iniciativa privada subsidiárias de estatais.

NEGOCIAÇÃO NA SEGUNDA

Haverá rateio entre as diversas categorias de interessados, como aplicações com FGTS, grandes investidores e varejo. Como se trata de uma privatização, os parâmetros da oferta preveem valor mínimo de ação, por exigência do Tribunal de Contas da União (TCU), e valor-alvo fixado pelo BNDES.

O apetite dos investidores não se restringiu aos grandes fundos de investimento. A reserva de ações com recursos do FGTS por meio dos fundos mútuos de privatização ficou próxima de R\$ 9 bilhões. O volume supera o teto previsto para a categoria, que era de R\$ 6 bilhões. Em razão disso, eles também terão rateio.

A oferta prioritária, feita aos atuais acionistas e ao varejo, gira em torno de R\$ 8 bilhões.

As ações começarão a ser negociadas na B3 na próxima segunda-feira, quando os investidores pagarem os valores referentes à reserva. As ADRs (recibos de ações) na Bolsa de Nova York iniciam sua negociação na sexta-feira.

Segundo fontes que acompanham a operação, o Fundo Soberano de Cingapura (GIC) atuou como investidor-âncora (aquele que garante que a operação saia e sinaliza antes mesmo do prazo de reserva quanto pretende investir). O fundo de pensão canadense CPPIB também atuou como âncora, segundo o mercado. Já Itaú e 3G Radar, que têm posições relevantes de Eletrobras em seus portfólios, fizeram reservas. Há ainda o interesse de gestoras como SPX, Squadra e Truxt.

A oferta de ações não é acompanhada pela União. Com isso, a participação da União na empresa será reduzida para cerca de 33%, considerando a venda de todos os papéis. Se a capitalização fosse maior que R\$ 35 bilhões, a fatia do governo ficaria abaixo do patamar que se busca alcançar. Ao longo dos próximos meses, a União poderá vender parte das ações que lhe resta, aumentando sua arrecadação.

O governo pretende usar os recursos para custear o pacote de subsídio ao preço dos combustíveis. Mas, do total que será levantado, a parcela destinada aos cofres do Tesouro soma R\$ 25,3 bilhões, um valor que não cobre integralmente os custos do subsídio ao diesel.

SEGUNDA MAIOR OPERAÇÃO

A partir de recursos originados na privatização, serão destinados R\$ 32 bilhões para aliviar as contas de luz a partir deste ano por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo setorial. Do total, só R\$ 5 bilhões serão pagos este ano e representam uma aposta do governo para baratear a conta de luz.

Com base no interesse dos investidores, a oferta da Eletrobras deve ser a segunda maior realizada no mundo este ano, atrás apenas do lançamento de ações da LG Energy Solution, da Coreia do Sul.

— Embora a operação da Eletrobras não seja um IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês), mas uma capitalização, deverá ser a principal do ano com ações por seu volume. O que está acontecendo é uma troca de sócios e não uma abertura de capital — afirma Rodrigo Marcatti, economista e CEO da Veedha Investimentos.

Mercatti observa que os juros altos, de 12,75% ao ano, enxugaram os recursos do mercado. Neste ano não houve abertura de capital na Bolsa. As operações de follow on (lançamento secundário) somaram dez e movimentaram R\$ 13,1 bilhões. As ações ordinárias da Eletrobras fecharam em alta, cotadas a R\$ 42,14, aumento de 0,81%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/06/2022

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Conta de luz pode cair 12% se houver teto para ICMS

Redução vai variar conforme alíquota cobrada por cada estado, afirma Aneel. Projeto que limita o tributo está no Senado

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que a conta de luz pode ficar em média 12% mais barata se o projeto que limita o ICMS for aprovado pelo Congresso Nacional. O texto já passou pela Câmara, mas ainda depende de votação no Senado. Os governadores são contra a proposta, porque ela reduz a arrecadação dos estados.

“A estimativa do efeito dessa medida é de uma redução média de 12%, que vai variar para cada estado”, afirmou a Aneel em nota.

A redução depende do quanto cada estado cobra de ICMS. Em alguns estados, como no Rio, o ICMS cobrado sobre a energia elétrica chega a 32%.

A conta de luz é composta por diversos fatores, como o custo da compra de energia, da transmissão, da distribuição e dos subsídios. Também entra na tarifa a cobrança dos impostos. Segundo a Aneel, o ICMS responde, em média, por 21,3% das contas de luz e o PIS/Cofins (imposto federal), por 9,2%.

O texto em discussão no Senado estabelece um teto para o ICMS sobre combustíveis, energia, gás natural, transporte coletivo e telecomunicações, ao classificar esses produtos como bens e serviços essenciais. Essa classificação proíbe estados de cobrarem ICMS superior à chamada “alíquota geral”, que varia de 17% a 18%.

O ICMS entrou na mira dos governos Jair Bolsonaro e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), diante dos aumentos nas tarifas de energia e nos preços dos combustíveis.

O governo anunciou nesta semana uma proposta para zerar o ICMS sobre o diesel e os impostos federais sobre a gasolina, mas sem mexer na energia elétrica. Para as contas de luz, o governo aposta na devolução de recursos cobrados a mais aos consumidores. Essa medida, já aprovada pelo Congresso, pode ter impacto de 8% nas tarifas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/06/2022

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Fernanda Trisotto, Camila Zarur e Gustavo Schmitt

Título: Pacote dos combustíveis custará R\$ 46,4 bi à União

O pacote anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro a quatro meses da eleição para tentar baratear o preço dos combustíveis irá custar R\$ 46,4 bilhões aos cofres da União este ano. O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), aliado do governo, estima que as medidas vão reduzir em R\$ 1,65 o litro da gasolina e em R\$ 0,76 o do óleo diesel. Ele é relator do projeto que limita o ICMS, cobrado pelos estados.

Em média, o litro da gasolina está sendo vendido nos postos do país a R\$ 7,21 e o do diesel a R\$ 6,88, segundo os dados mais recentes da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

As estimativas do senador levam em conta o projeto que cria um teto de 17% para o ICMS sobre os combustíveis, a redução a zero desse imposto sobre o óleo diesel, e a redução dos impostos federais sobre a gasolina. Do custo total do pacote, parte se refere à proposta de emenda à Constituição (PEC) que compensa, em até R\$ 29,6 bilhões, os estados que aderirem à isenção do ICMS sobre diesel, gás de cozinha, gás natural e etanol. Os restantes R\$ 16,8 bilhões são estimativas de renúncias do que o governo federal vai abrir mão de receitas ao zerar tributos federais sobre gasolina (PIS/Cofins e Cide).

A equipe econômica tenta limitar em até R\$ 50 bilhões o custo das medidas.

COMPENSAÇÃO SÓ ATÉ 17%

O senador disse ainda que o ICMS sobre o etanol será mais baixo, de 12%, a fim de tentar manter a paridade no incentivo aos biocombustíveis. Isso está em outro projeto, também relatado por ele.

Bezerra Coelho ressaltou que os estados não serão obrigados a aderir. As reduções — e a compensação — ficarão em vigor até 31 de dezembro de 2022. Essa compensação, porém, só será feita até a alíquota de 17%. O que superar este patamar (alguns estados têm alíquotas de mais de 30%) não será compensado.

Os estados, insatisfeitos, vêm fazendo rodadas de reuniões com senadores.

— Os governadores continuam com muitas críticas. Aham que eles vão ter uma redução de receita muito expressiva — disse Bezerra Coelho, que vai apresentar os textos hoje e pretende votá-los na segunda-feira.

Em relação ao projeto que cria um teto para o ICMS, ao tornar alguns serviços essenciais, o relator informou que vai manter o texto aprovado na Câmara. Para não haver um substitutivo, as mudanças no projeto serão apresentadas em forma de emendas.

Bezerra Coelho acolheu a sugestão dos estados de mudar o cálculo do gatilho proposto na Câmara para compensar eventuais perdas dos estados. Segundo o relator, o cálculo da

compensação será feito em cima dos bens e serviços definidos pelo projeto, isto é, combustíveis, energia, transporte público e telecomunicações. Antes, o texto previa que o cálculo fosse feito em cima da arrecadação geral.

O senador queria votar no mesmo dia a PEC proposta pelo governo e outra, de sua autoria, com foco em biocombustíveis. Essa possibilidade foi negada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já que não foi apresentado texto de nenhuma dessas PECs.

SP: SUSPENSÃO DA DÍVIDA

Pacheco se reuniu ontem com os governadores Rui Costa (Bahia), Mauro Mendes (Mato Grosso), Rodrigo Garcia (São Paulo) e Paulo Câmara (Pernambuco), além de secretários de Fazenda e alguns senadores, para discutir o teto para o ICMS.

Os governadores disseram que a proposta não terá o resultado desejado e defenderam compensação imediata para os estados. Uma das possibilidades citadas foi o uso de dividendos da Petrobras para isso.

Garcia sugeriu que a União suspenda por dois anos a dívida de São Paulo para que o estado possa reduzir o ICMS e zerar a taxa sobre os demais combustíveis.

Zerar o ICMS para o diesel pode significar uma queda de R\$ 0,50 a R\$ 1,006 por litro. Mas não há garantias de que isso chegue à bomba, por outros custos e reajustes da Petrobras. Estados estimam perder até R\$ 100 bilhões com a medida.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Seu melhor amigo em 2012 | Ano 25 | Número 2527 | R\$ 5,00

Com restrição de oferta, preço da celulose sobe mais de 40% no ano
Brechos ganham personalidade, apelo ambiental e investimentos

Fabricio Mitre, da Mitre Realty, pretende usar a marca Daslu em empreendimentos de alto padrão

ECONÔMICO

Valor

Destaque

Preço da celulose começa a subir
Após mais de uma década de queda, este ano o preço da celulose sobe mais de 40% em relação ao ano anterior. O aumento é devido à restrição de oferta de celulose por parte das principais produtoras de celulose, como a UPM e a Sappi.

Mobilização empresarial em PE

Políticos e empresários se mobilizam
Em Pernambuco, políticos e empresários se mobilizam para combater a corrupção. A mobilização é liderada por políticos e empresários locais.

Perseufo americana ajuda a erguer
A Perseufo americana ajuda a erguer a infraestrutura de energia elétrica no Brasil. A empresa é uma das principais parceiras da Eletrobras.

WCE se compromete a reduzir a poluição
A WCE se compromete a reduzir a poluição causada por suas atividades. A empresa é uma das principais produtoras de celulose no Brasil.

Mercado digital do B3
O mercado digital do B3 cresce rapidamente. A bolsa de valores brasileira está se tornando cada vez mais digital.

Brasil compra 100 mil toneladas
O Brasil compra 100 mil toneladas de celulose da UPM. A compra é parte de um contrato de longo prazo.

Idoliza

Crise no Borel
A crise no Borel afeta a produção de celulose. A empresa está enfrentando dificuldades financeiras.

Mobiliza, Mitre e Anapol
Mobiliza, Mitre e Anapol se unem para combater a corrupção. A mobilização é liderada por políticos e empresários locais.

Indicadores

Índice	Valor	Variação
IBVP	12.345,67	+0,12%
IBOV	123.456,78	+0,05%
IBEX	12.345,67	+0,10%
IBVL	12.345,67	+0,15%
IBVM	12.345,67	+0,18%
IBVM50	12.345,67	+0,20%
IBVM100	12.345,67	+0,22%
IBVM200	12.345,67	+0,25%
IBVM500	12.345,67	+0,28%
IBVM1000	12.345,67	+0,30%
IBVM2000	12.345,67	+0,32%
IBVM5000	12.345,67	+0,35%
IBVM10000	12.345,67	+0,38%
IBVM20000	12.345,67	+0,40%
IBVM50000	12.345,67	+0,42%
IBVM100000	12.345,67	+0,45%
IBVM200000	12.345,67	+0,48%
IBVM500000	12.345,67	+0,50%
IBVM1000000	12.345,67	+0,52%
IBVM2000000	12.345,67	+0,55%
IBVM5000000	12.345,67	+0,58%
IBVM10000000	12.345,67	+0,60%
IBVM20000000	12.345,67	+0,62%
IBVM50000000	12.345,67	+0,65%
IBVM100000000	12.345,67	+0,68%
IBVM200000000	12.345,67	+0,70%
IBVM500000000	12.345,67	+0,72%
IBVM1000000000	12.345,67	+0,75%
IBVM2000000000	12.345,67	+0,78%
IBVM5000000000	12.345,67	+0,80%
IBVM10000000000	12.345,67	+0,82%
IBVM20000000000	12.345,67	+0,85%
IBVM50000000000	12.345,67	+0,88%
IBVM100000000000	12.345,67	+0,90%
IBVM200000000000	12.345,67	+0,92%
IBVM500000000000	12.345,67	+0,95%
IBVM1000000000000	12.345,67	+0,98%
IBVM2000000000000	12.345,67	+1,00%
IBVM5000000000000	12.345,67	+1,02%
IBVM10000000000000	12.345,67	+1,05%
IBVM20000000000000	12.345,67	+1,08%
IBVM50000000000000	12.345,67	+1,10%
IBVM100000000000000	12.345,67	+1,12%
IBVM200000000000000	12.345,67	+1,15%
IBVM500000000000000	12.345,67	+1,18%
IBVM1000000000000000	12.345,67	+1,20%
IBVM2000000000000000	12.345,67	+1,22%
IBVM5000000000000000	12.345,67	+1,25%
IBVM10000000000000000	12.345,67	+1,28%
IBVM20000000000000000	12.345,67	+1,30%
IBVM50000000000000000	12.345,67	+1,32%
IBVM100000000000000000	12.345,67	+1,35%
IBVM200000000000000000	12.345,67	+1,38%
IBVM500000000000000000	12.345,67	+1,40%
IBVM1000000000000000000	12.345,67	+1,42%
IBVM2000000000000000000	12.345,67	+1,45%
IBVM5000000000000000000	12.345,67	+1,48%
IBVM10000000000000000000	12.345,67	+1,50%
IBVM20000000000000000000	12.345,67	+1,52%
IBVM50000000000000000000	12.345,67	+1,55%
IB		

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)Quinta-feira 9 de JUNHO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46986
estadão.com.br

Piso novo para as principais vias de SP. É o que promete a Prefeitura

Plano é investir R\$ 1 bilhão no recapamento de ruas e avenidas, como a Salim Farah Maluf (foto). Na primeira etapa, estão previstas obras em ao menos 70 vias. —A21

Eleições 2022 | Aliança de centro —A10

PSDB e MDB fecham acordo e Tasso será indicado vice de Tebet

— Os dois partidos e o Cidadania entram na disputa com a proposta de representar a 3.^a via

O MDB e o PSDB selaram acordo ontem e os tucanos vão anunciar hoje o apoio à candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS) ao Palácio do Planalto. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) será indicado vice na chapa. Com a aliança, MDB, PSDB e Cidadania en-

tram na campanha com a proposta de representar a terceira via, uma alternativa à polarização entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A formalização do acordo passará pelo crivo da Executiva Nacional do PSDB. Pela primeira vez desde 1989, os tucanos não terão candidato próprio na disputa presidencial.

Carlos e Flávio disputam poder na pré-campanha

Carlos Bolsonaro, responsável pelas redes sociais de Jair Bolsonaro, criticou peça de propaganda criada no núcleo liderado pelo irmão senador. —A12

Ativistas protestaram —A19

STJ isenta planos de saúde de cobrir procedimentos fora da lista da ANS

Agência diz que a taxatividade do rol de procedimentos é prevista em lei, argumento usado pelas operadoras.

49 milhões

É o número de brasileiros que têm plano de saúde

E&N Combustíveis —B1 e B2

Petrobras cita cenário global e indica que fará reajuste no diesel

Apesar das investidas do governo, empresa diz que é “fundamental” manter os “preços em equilíbrio”.



Paladar —C1 e C3

O ranking das manteigas

Testamos às cegas onze marcas nacionais e importadas à venda nos supermercados

Comando Vermelho —A14

Tráfego cobiça área amazônica em que dupla desapareceu

Cúpula das Américas —A16

Reunião expõe distância entre Biden e América Latina

Após relatos de abuso —A22

Liminar barra uso da PRF em operações policiais conjuntas

Futebol —A24

Clubes criam grupo e deixam claro racha sobre a Liga

Notas e Informações —A3

O Brasil foi abandonado

William Waack —A12

Bolsonaro está ficando sem opções políticas

Coluna do Estadão —A2

MP arquiva contestação a domicílio de Tarcísio

Coluna do Broadcast —B12

Oferta da Eletrobras atrai R\$ 9 bi do FGTS

Edição de hoje

3 CADERNOS - 52 páginas



Caderno A: Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes. A fundo. Para fechar...

E&N. Destacar Economia & Negócios



C2. Cultura & Comportamento

Tempo em SP

15° Min. 22° Máx.

ISSN - 1516-2931
9 771516 293019

A CAO A CHERY DERRETEU OS JUROS

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

CADA CHERY

INFORME PUBLICITÁRIO

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

QUINTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2022

R\$ 5,00



SABINO

Quando a gente encontra o lugar

Condições especiais de lançamento neste final de semana

3 suítes, 194m² em Pinheiros

Conheça nossas opções de plantas e descubra uma que se adapta ao seu estilo de vida.



Visite o apartamento decorado de 194m²
Rua Alves Guimarães, 1.322 — Pinheiros — São Paulo — SP

11 2110-3096

INCORPORAÇÃO

MOS
VerCapas.com.br

Fluminense: Com atuação soberba, tricolor faz 5 a 3 no Atlético-MG

PÁGINA 26

Artilheiro da noite. Cano comemora um de seus dois gols

Flamengo: Derrota aumenta a pressão sobre Paulo Sousa

PÁGINA 26

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2022 ANO XCIII - Nº 32.448 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

MISTÉRIO NA AMAZÔNIA

Indigenista entregou à PF dossiê sobre invasores

Bruno Pereira, desaparecido com jornalista, denunciou pesca ilegal

O servidor licenciado da Funai Bruno Pereira mapeou a atuação de pescadores e caçadores em área indígena na Amazônia e repassou as informações à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (MPF) de Tabatinga (AM) em abril, relata o enviado DANIEL BIASETTO. Os ho-

mens que ele flagrou nessas atividades ilegais agora são apontados como suspeitos de estarem envolvidos no desaparecimento de Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, vistos pela última vez no domingo, no Vale do Javari. Os suspeitos já são investigados pelo assassi-

nato de um agente da Funai que havia participado de uma apreensão de mais de uma tonelada de pescados e caças na região. Policiais militares prenderam um pescador acusado de perseguir a lancha onde estavam o indigenista e o jornalista antes de sumirem. PÁGINAS 9 e 10

MERVAL PEREIRA

Luiza se aproxima de Bolsonaro ao defender ideias populistas

PÁGINA 2

MÍRIAM LEITÃO

Caso revela Estado omissivo e entrega da Amazônia ao crime

PÁGINA 12

GUGA CHACRA

Biden não tem interesse pela América Latina

PÁGINA 18

MALU GASPAR

Presidente vive aprisionado num universo paralelo

PÁGINA 3



(DIVULGAÇÃO)

Onde estão?
Em Los Angeles, onde se realiza a Cúpula das Américas, que terá a participação do presidente Jair Bolsonaro, painéis em caminhão cobra empenho nas buscas de indigenista e jornalista que desapareceram no domingo após visita a comunidades ribeirinhas na Amazônia

Procura por ações da Eletrobras chega a R\$ 55 bi

Demanda superou oferta e somou R\$ 55 bilhões. Em razão disso, haverá rateio entre os interessados. A oferta atraiu de grandes fundos de investimento a pessoas físicas. A reserva de ações com recursos do FGTS ficou próxima de R\$ 9 bilhões, mais que o teto previsto de R\$ 6 bilhões. O preço da ação será definido hoje. PÁGINA 11

Planos de saúde só vão cobrir itens da lista da ANS

STJ decide por rol taxativo, mas admite exceções

Por seis votos a três, o STJ decidiu pela taxatividade do rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar, o que significa que os planos não precisarão cobrir tratamentos e serviços fora

da lista obrigatória da agência. Tribunal admite a possibilidade de exceções, mas a decisão reduz a chance de usuários obterem na Justiça a cobertura desses procedimentos. PÁGINA 14

Acordo de PSDB e MDB põe Tasso como vice de Tebet

A cúpula do PSDB fechou com MDB e Cidadania um acordo para apoiar a candidatura presidencial da senadora Simone Tebet (MDB-MS), com o senador tucano Tasso Jereissati (CE) como vice. A executiva do PSDB ainda tem que cancelar a chapa, que passa por aliança no Rio Grande do Sul. PÁGINA 4

Variola dos macacos: primeiro caso no Brasil é confirmado em SP

O paciente, que está internado e em isolamento na capital paulista, é um homem de 41 anos que chegou da Espanha. PÁGINA 19

Justiça Federal proíbe operações da PRF fora de rodovias

Ações como a da Vila Cruzeiro, ao lado da PM e com 23 mortes, estão vetadas após suspensão de portaria do Ministério da Justiça. PÁGINA 22

SEGUNDO CADERNO

'A gente tem que ser mãe e pai'

Luiz Fernando Guimarães, que interpreta uma nonagenária no Teatro Copacabana Palace, fala da vida com o marido e os filhos.

A história da família que fez do nome Fasano uma grife

Gero Fasano lança livro que conta 120 anos de trajetória, da imigração da Itália para o Brasil à abertura do hotel da rede em Nova York.



—Ah, vira isso pra lá!

Queiroguinha faz ponte entre seu pai e prefeitos

Por intermédio de Antônio Cristóvão Neto, filho do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e pré-candidato a deputado federal pelo PL, prefeitos vêm se reunindo com o titular da pasta para pedir recursos. Queiroguinha, como o conhecido o estudante de Medicina, tem percorrido a Paraíba prometendo verbas. PÁGINA 5

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2022

NÚMERO 21.633 • 28 PÁGINAS • R\$ 1,00



Aponte o seu celular e veja o depoimento do tenente-coronel Edson Melo

A caçada que parou o Brasil

O assassinato de uma família em Ceilândia, em 9 de junho de 2021, deu início a uma perseguição jamais vista na história policial brasileira. Foram 20 dias de buscas no Entorno e que terminaram em Águas Lindas. O tenente-coronel Edson Melo, da PMGO, esteve no confronto final com Lázaro Barbosa e relata ao Correio os últimos momentos do assassino.

PÁGINA 13

Concurso do Senado está mais perto

Empresas interessadas em organizar seleção, que oferecerá 19 vagas para a instituição, têm 12 dias para apresentar proposta. Próxima etapa será definição da data em que sairá o edital.

Saúde: STJ limita cobertura de planos

Apenas procedimentos listados pela ANS, decide corte, podem ser cobrados das operadoras.

PÁGINA 7

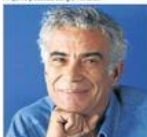
Equipes de buscas encontram pista no caso Bruno e Dom

Representantes das instituições envolvidas nas operações para localizar o paradeiro do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal The Guardian, disseram em entrevista, em Manaus, já

ter uma linha de investigação que pode levar à elucidação do caso. Eles enfatizaram que, até agora, não há indícios de crime. E disseram ter esperança de encontrar os dois com vida. A dupla está desaparecida desde domingo. Um homem chamado

Amarildo, com histórico de ameaças a Bruno, foi preso. Em decisão, ontem, a magistrada Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Amazonas, determinou que a União reforce as equipes de buscas. PÁGINA 6

Arguedo pensou/Sérgio Amaral



Um humanista da fotografia

O fotojornalismo perdeu uma das suas referências. Sérgio Amaral morreu aos 67 anos, tendo passado pelas principais redações do país. PÁGINA 17

Marcelo Gonçalves/Tuoiu



Partida de alta voltagem

Em jogo de oito gols, dois deles do argentino Cano, Flu vence o Atlético-MG, sobe na tabela e deixa os mineiros sem a liderança.

Fla perde e pressão sobre Paulo Sousa cresce

PÁGINA 18

Marcelo Ferreira/CB/OA Press



"Bolsonaro será reeleito no 1º turno", diz Damares

Em entrevista ao CB.Poder, a ex-ministra diz não acreditar nas pesquisas que colocam Lula à frente do presidente. "Meu termômetro é a rua", dispara. Pré-candidata do Republicanos ao Senado pelo DF, ela elogia Flávia Arruda (PL), mas acredita ter melhores condições do que a deputada de ocupar a única vaga ao posto. PÁGINA 4

Marcelo Ferreira/CB/OA Press



O país da fome... ..e da safra recorde

Talia Gomes diz que só alimenta a família quando recebe ajuda de outras pessoas. "Meus filhos já tiveram que dormir com fome", diz a catadora da Estrutural, que está entre os 33 milhões de brasileiros que não têm o que comer, segundo levantamento de ONG. O dado contrasta com os números da produção do agronegócio: foram 263 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas este ano. PÁGINA 8

Novo olhar sobre sexo



Filmes e séries de streaming rompem com visões mais conservadoras sobre a sexualidade para debater o tema. PÁGINA 22

Enfim, 3ª via decide: irá de Tebet e Tasso

PSDB fecha apoio à pré-candidatura da senadora do MDB para a Presidência da República e indica o senador cearense para compor a chapa. Acordo foi fechado ontem e terá ainda o apoio do Cidadania. PÁGINA 5

Relator vê gasolina R\$ 1,65 mais barata

PÁGINA 2

Ana Maria Campos

Ciro Nogueira lidera a ofensiva contra Lula nas redes sociais. PÁGINA 15

Denise Rothenburg

Zerar tributos de combustíveis é o "Plano Real" de Bolsonaro. PÁGINA 4

Samanta Sallum

Dia a Dia, a atacadista do DF que está entre as maiores do país. PÁGINA 16



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br (61) 99256.3846 DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .